AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 44 | Nº 07 | JULHO 2024



EXEMPLOS REAIS NO BRASIL

COM PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS, PECUÁRIA PODE DEIXAR DE SER EMISSORA DE GEE

FGV | CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

QUEDA POPULACIONAL NA CHINA COMO O AGRO PODE SE PREPARAR

CAFÉ PRODUÇÃO RECORDE, PREÇOS FIRMES E BOM RESULTADO AO PRODUTOR

PIB DO AGRO DESAFIOS CLIMÁTICOS AFETAM PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

PARTICIPE

DO MAIOR EVENTO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO!

23º CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO

BIO competitividade

05 AGOSTO 2024

Sheraton WTC Hotel
São Paulo

Realização

abag

[B]3

Patrocinador Master

BAYER

CORTEVA agriscience

SONDA make it easy

Patrocinador Ouro

agroceres

apexBrasil

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

bradesco

CNA SENAR ICNA

JBS

OCP Brasil

syngenta

Patrocinador Prata

BASF We create chemistry

Cargill

CASE IH

cooxupé

CropLife BRASIL

FAESP

inpEV

Mosaic

NEW HOLLAND SEMPRE COM VOCÊ

SistemaOCB

varda FIELD DATA EXCHANGE

Inscrições e Informações

www.congressoabag.com.br

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Vogais: Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Ermírio de Moraes Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Almirante Luiz Guilherne Sá de Gusmão, Antonio Monteiro de Castro Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

CONSELHO CURADOR
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), General Sergio Westphalen Etchegoyen, IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), João Alfredo Dias Lins (representante da Klabin Irmãos & Cia), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ricardo Oberlander, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela)
Suplentes: Almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, Alvaro Toubes Prata, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Guilherme Ary Plonski, Heloi José Fernandes Moreira, Istvan Karoly Kasznar, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Sandoval Carneiro Junior, Tenente Brigadeiro-do-Ar Jeferson Domingues de Freitas

Diretor da FGV IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Guilherme Bastos, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues, Sérgio Bortolozzo e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editores-executivos: Evandro Faulin e Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Coordenação de Produção: Karina Souza
Capa: Isabella Lima e Marcela Pereira Lima
Arte e Diagramação: Alexandre Monteiro
Revisão e Edição Textual: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Ana Caroline Teshima
Publicidade e Comercial: Ana Caroline Teshima
Estagiários: Diogo Francisco Mendonça Guerra e Michel Wachsmann

Av. Paulista , 542 - 3º andar | São Paulo, SP
Tel.: (11) 3799-3645

agroanalysis@fgv.br

Leia as edições anteriores da ***Agroanalysis***:

PATROCÍNIO

ABIOVE
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

BASF
We create chemistry

abag

unica

agroceres MULTIMIX

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

A PECUÁRIA PODE SER *NET ZERO*

NO PRIMEIRO trimestre deste ano, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrou um crescimento de 0,8% em relação ao trimestre anterior, impulsionado, principalmente, pelo consumo das famílias. A agropecuária teve um crescimento notável de 11,3%, enquanto a indústria mostrou estagnação. Apesar dos dados positivos, os desafios da economia permanecem significativos. A inflação, embora tenha recuado um pouco, continua sendo uma preocupação. A taxa básica de juros (Selic) permanece em um patamar elevado (10,5%). O câmbio surpreendeu e atingiu R$ 5,60 no fechamento desta edição da **Agroanalysis**. Acreditamos que o câmbio deve recuar para perto de R$ 5,00. Não há fundamentos para ele permanecer nesse nível.

Esse cenário pode impactar negativamente o crescimento econômico ao longo do ano. A busca por reduzir o déficit fiscal e as batalhas no Congresso Nacional, especialmente em um ano de eleições municipais, são fatores que adicionam incerteza ao ambiente econômico.

No setor produtivo brasileiro, há a expectativa de uma produção recorde de 58,08 milhões de sacas de café para a safra 2024/25 – uma alta de 5% em relação à safra anterior. Apesar desse aumento na produção, a forte demanda externa e a situação climática devem sustentar as cotações. Assim, os preços elevados, somados à boa produtividade e a custos relativamente menores, projetam um cenário muito positivo para os cafeicultores.

Em um mundo com população em constante crescimento, o Brasil destaca-se como um importante fornecedor de alimentos. Por meio do aumento na produção agropecuária, o País tem desempenhado um papel crucial na segurança alimentar global. No entanto, será que essa demanda crescente por alimentos vai se manter no futuro? Nesta edição, trazemos um artigo que explora um cenário intrigante: o que acontece se a demanda de alguns dos nossos principais parceiros comerciais, como a China, começar a diminuir? Para responder a essa questão, são analisadas projeções de crescimento populacional e PIB *per capita* de países populosos e mercados alternativos para o Brasil. O País deve desenvolver estratégias para lidar com essa possível realidade, buscando novos mercados e, nesse sentido, considerando tanto a população, quanto a renda dos países. O crescimento populacional da África representa uma oportunidade, mas precisará ser acompanhado pelo crescimento do PIB.

Como destaque de capa desta edição, colocamos o foco novamente na pecuária nacional, que tem um papel fundamental na economia e nas discussões ambientais contemporâneas. O setor consolidou o Brasil como o maior exportador mundial de carne bovina em 2023, com 2,536 milhões de toneladas embarcados para o mercado global. Essa atividade não só impulsiona a economia, mas também é um ponto central nos debates sobre mudanças climáticas, devido às emissões de gases do efeito estufa (GEE) produzidas pelos rebanhos.

Em resposta a esses desafios, o Programa Fazenda Nota 10 (Programa FN10), lançado pela Friboi e pelo Instituto Inttegra, tem melhorado a produtividade, a rentabilidade e a sustentabilidade das fazendas participantes, incluindo, agora, a medição de emissões de GEE. Utilizando o GHG Protocol, padrão internacional para medição de emissões, o Programa registrou que fazendas mais eficientes emitem 46% menos GEE do que as menos eficientes. Práticas sustentáveis, como o manejo adequado do solo e a eliminação do desmatamento, mostraram potencial para mitigar as mudanças climáticas, com 31% das fazendas removendo GEE. A maioria das fazendas participantes aproxima-se da neutralidade de emissões, evidenciando a possibilidade de a pecuária brasileira atingir o *status* conhecido como "*net zero*".

Desde 2023, o Brasil tem intensificado o seu compromisso com a transição verde, lançando estratégias como a Estratégia Nacional de Bioeconomia, o Programa de Transformação Ecológica (PTE), o Projeto de Lei (PL) Combustível do Futuro e o Plano Clima. Essas estratégias buscam valorizar a biodiversidade e promover a descarbonização, alinhando-se ao Código Florestal e às demandas globais de produção sustentável. Com a bioeconomia emergindo como eixo central, esses planos apresentam sinergias claras, que são fundamentais para o Brasil posicionar-se como um modelo de desenvolvimento sustentável no cenário internacional. ■

04 EDITORIAL

06 AGRODROPS

15 MERCADOS & NEGÓCIOS

15 CAPA O ENCOLHIMENTO POPULACIONAL NA CHINA

19 CAPA EXPECTATIVA DE RETORNO AO CAFEICULTOR

22 CAPA ECONOMIA CRESCEU NO PRIMEIRO TRIMESTRE, MAS DEVE PERDER FÔLEGO

25 SUSTENTABILIDADE

25 CAPA BALANÇO DE EMISSÕES EM CEM FAZENDAS BRASILEIRAS

32 AGRICULTURA REGENERATIVA AMPLIANDO A SUSTENTABILIDADE DO PARÁ

29 POLÍTICA

29 AGRO PRIMÁRIO E O MERCADO DE CARBONO NACIONAL

35 POLÍTICA AMBIENTAL

35 PLANOS PARA O BRASIL NA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA VERDE

37



ABIOVE
RISCOS ASSOCIADOS ÀS FRAUDES E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O AGRONEGÓCIO

39



CONTEÚDO EM FOCO
MANCHA-ALVO: UMA AMEAÇA CRESCENTE PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA

41 FAESP
SETOR AGROPECUÁRIO AGUARDA APROVAÇÃO DE LEI CONTRA INVASÕES

42 PRODUZIR
A MP DO PIS/COFINS E O FUTURO DO AGRO NA REFORMA TRIBUTÁRIA

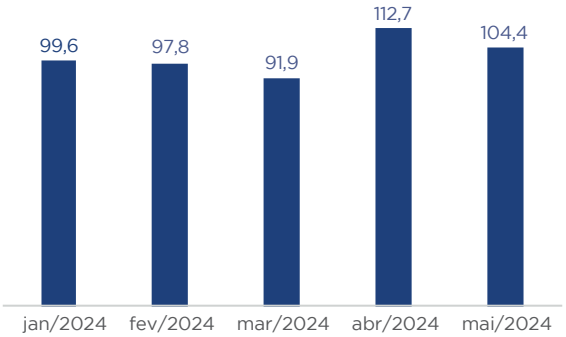
43 OPINIÃO
DOZE ANOS DE CÓDIGO FLORESTAL: PRESERVAÇÃO NO DNA DO PRODUTOR PAULISTA

44 REFLEXÃO
NOSSO NEGÓCIO

EXPORTAÇÕES DE CARNE SUÍNA SOMAM 506,4 MIL TONELADAS NO ACUMULADO DO ANO

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) divulgou que as exportações do Brasil de carne suína (*in natura* e processada) totalizaram 104,4 mil toneladas em maio último – um aumento de 2,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Já no acumulado do ano (janeiro a maio), as exportações somaram 506,4 mil toneladas, um crescimento de 5,3% frente ao mesmo período de 2023, com uma receita de US$ 1,064 bilhão. A China, apesar de ainda ser a maior importadora, reduziu as suas compras em 36,7%. No entanto, a Ásia e as Américas compensaram a queda nas compras chinesas e foram o motor dos embarques brasileiros, com destaque para o aumento nas exportações para as Filipinas, Singapura e o Japão. Santa Catarina lidera as exportações estaduais, vindo, na sequência, o Rio Grande do Sul e o Paraná.

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE CARNE SUÍNA
(MILHARES DE TONELADAS)

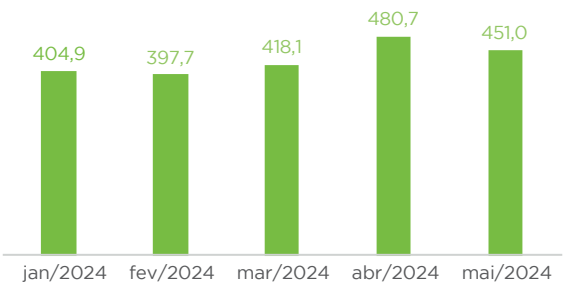


Fonte: ABPA

CARNE DE FRANGO DESTACA-SE COM AUMENTO NAS EXPORTAÇÕES EM MAIO

Também em maio último, as exportações brasileiras de carne de frango (*in natura* e processada) totalizaram 451 mil toneladas – um aumento de 4,2% em relação ao mesmo período do ano passado –, segundo a ABPA. O Paraná lidera as exportações estaduais, seguido por Santa Catarina e pelo Rio Grande do Sul – contudo, por conta das enchentes, o estado gaúcho registrou uma queda de 11,4% no volume embarcado no mês. Ricardo Santin, presidente da ABPA, destacou que o desempenho de maio foi o segundo maior do ano e o quinto maior da história. Já Luís Rua, diretor de Mercados da entidade, enfatizou o crescimento das exportações para o Oriente Médio e a África, reforçando a posição do Brasil como o maior fornecedor global de carne de frango *halal*.

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGO
(MILHARES DE TONELADAS)

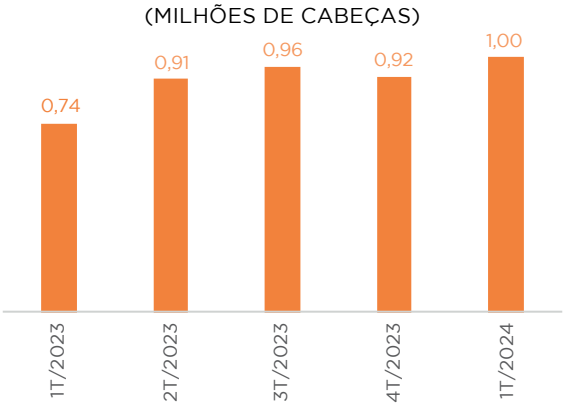


Fonte: ABPA

GOIÁS REGISTRA RECORDE COM 1 MILHÃO DE BOVINOS ABATIDOS NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Goiás alcançou um marco histórico no setor pecuário registrando o abate de 1 milhão de cabeças de bovinos no primeiro trimestre deste ano – o maior volume já registrado na série histórica da Pesquisa Trimestral da Pecuária do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse número representa um aumento de 8,6% em relação ao trimestre anterior e de 35,6% em comparação ao mesmo período de 2023. Em nível nacional, o abate de bovinos chegou a 9,30 milhões de cabeças no primeiro trimestre – um aumento de 24,6% em relação ao mesmo período do ano passado, sendo o maior da série histórica iniciada em 1997. Pedro Leonardo Rezende, secretário da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás (SEAPA), atribui esse recorde ao trabalho conjunto entre governo e produtores rurais, destacando investimentos em infraestrutura e sanidade animal.

GOIÁS: ABATES DE BOVINOS POR TRIMESTRE
(MILHÕES DE CABEÇAS)

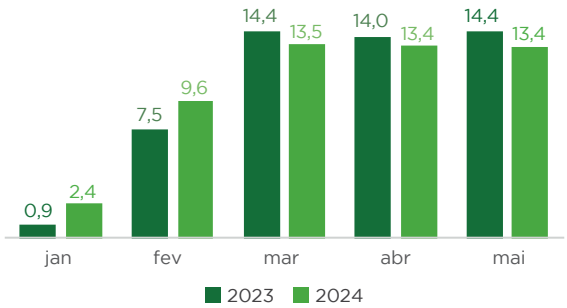


Fonte: ABPA

SOJA BRASILEIRA APRESENTA QUEDA DE 7,4% NAS EXPORTAÇÕES

As exportações brasileiras de soja em grão totalizaram 13,37 milhões de toneladas em maio último, segundo dados da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC). Esse volume representa uma redução de 7,4% em comparação ao de maio de 2023, quando foram exportados 14,43 milhões de toneladas. A diminuição nas exportações pode ser atribuída a diversos fatores, como variações na demanda internacional, questões logísticas e condições climáticas que afetam a produção e a colheita. Apesar da queda frente ao ano anterior, as exportações de soja em maio de 2024 mantiveram-se praticamente estáveis em relação a abril do mesmo ano, quando foram exportados 13,39 milhões de toneladas.

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE SOJA
(MILHÕES DE TONELADAS MÉTRICAS)

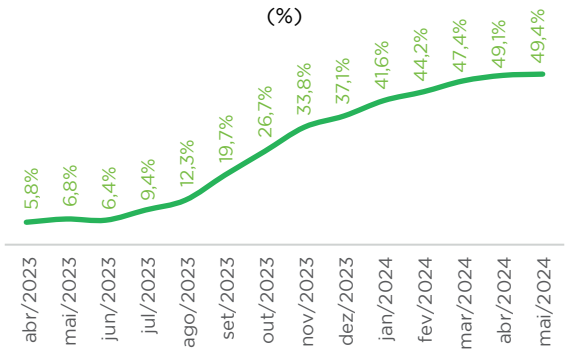


Fonte: ANEC

AZEITE DE OLIVA ESTÁ QUASE 50% MAIS CARO

O preço do azeite de oliva no Brasil aumentou quase 50% nos últimos doze meses (até maio último), de acordo com dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE. Esse aumento é consequência direta das altas temperaturas e da seca que atingiram a Europa, principal região produtora de azeitonas, matéria-prima do azeite. As altas temperaturas e a seca severa afetaram a produtividade das oliveiras em países como a Espanha, a Itália e a Grécia. Responsável por 42% da produção mundial de azeitonas, a Espanha enfrentou uma redução drástica na colheita devido à quarta quebra de safra consecutiva. As condições extremas, como temperaturas acima de 40 °C e escassez de chuvas, causaram danos significativos às oliveiras, reduzindo a quantidade de azeitonas produzidas.

BRASIL: VARIAÇÃO ACUMULADA EM DOZE MESES DO PREÇO DO AZEITE
(%)



Fonte: IBGE

MERCADO FAVORÁVEL PARA O AÇÚCAR

Diante da temporada anterior, as projeções para a safra 2023/24 de cana-de-açúcar apontam um aumento de área em face dos bons resultados e da queda na produção devido a adversidades climáticas. A oferta de açúcar deverá manter estável o abastecimento do mercado. As usinas carregam níveis elevados de estoques, que deverão fluir em um ritmo normal dadas as condições favoráveis no comércio internacional. Segundo maior produtor e exportador mundial, a Índia também enfrenta problemas de clima impulsionados pelo fenômeno do El Niño. As perspectivas correm no sentido de outro ano com tendência de maior fabricação de açúcar do que de etanol.

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR

SAFRA	Área (milhões de hectares)	Produção (milhões de toneladas)
2013/14	8,81	658,82
2014/15	9,00	634,77
2015/16	8,66	665,59
2016/17	9,05	657,18
2017/18	8,73	633,26
2018/19	8,63	610,07
2019/20	8,44	642,72
2020/21	8,32	585,18
2021/22	8,29	568,43
2022/23	8,33	713,21
2023/24	8,67	685,86

Fonte: Conab

CRESCE O CONSUMO DE CAFÉS BRASILEIROS NO MERCADO MUNDIAL

A safra brasileira de café deste ano, em um ciclo de bienalidade positiva, será a segunda maior produção total das espécies Arábica e Conilon. A quantidade fica abaixo apenas da temporada ocorrida em 2020. O ritmo da colheita passa por momento de pico entre junho, julho e agosto. As condições climáticas de pluviometria e temperatura correm de forma favorável pelo segundo ano consecutivo. Do lado das exportações, as quantidades de vendas batem recordes, com compras do México, da Colômbia, do Vietnã e da Indonésia, que objetivam atender seus compromissos de consumo e reexportação. A participação dos cafés brasileiros cresce no mercado de consumo mundial.

BRASIL: PRODUÇÃO DE CAFÉ
(MILHÕES DE SACAS)

ANO	Arábica	Conilon	TOTAL
2013	32,19	11,30	43,48
2014	38,34	12,48	50,83
2015	38,29	10,87	49,15
2016	32,31	13,04	45,34
2017	32,05	11,19	43,24
2018	43,38	7,99	51,37
2019	34,30	15,01	49,31
2020	47,73	14,04	61,77
2021	31,44	16,29	47,73
2022	32,72	18,20	50,92
2023	38,90	16,17	55,07
2024	42,11	16,71	58,81

Fonte: Conab

DEMANDA EXTERNA DE AMENDOIM AMPLIA-SE

Entre as safras 2014/15 e 2023/24, a cultura de amendoim teve uma larga expansão em área, produção e produtividade. A lavoura é muito adotada como rotação nas renovações dos canaviais do estado de São Paulo, que representam cerca de 90% da colheita nacional anual. Como leguminosa, contribui para a conservação, a recuperação e o enriquecimento do solo e o controle de pragas e plantas daninhas. O mercado de exportação do produto descascado mostra firmeza e segue em crescimento a cada ano. Consolidada em importantes destinos, como a Rússia, a Argélia e a Holanda, as demandas da cultura diversificam-se, com solicitações de entrega por parte da Polônia, do Reino Unido, da Colômbia, da Espanha e da Austrália.

BRASIL: ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE AMENDOIM

SAFRA	Área (milhares de hectares)	Produção (milhares de toneladas)	Produtividade (quilos por hectare)
2014/15	108,9	346,8	2.998,3
2015/16	119,6	406,1	3.182,5
2016/17	129,3	466,2	3.396,0
2017/18	139,3	515,9	3.605,6
2018/19	146,8	431,6	3.703,5
2019/20	160,5	557,5	2.961,7
2020/21	165,6	596,9	3.474,3
2021/22	200,1	746,8	3.604,4
2022/23	220,9	892,8	3.731,6
2023/24	266,5	842,1	3.159,6

Fonte: Conab

DESEMPENHO DOS FERTILIZANTES ESPECIAIS

Com pacotes tecnológicos para atender as necessidades nutricionais de produção das culturas, a comercialização de fertilizantes especiais mostra uma trajetória ascendente. Em 2023, diante das expectativas, o crescimento foi menor. Mesmo assim, a tendência de adoção dos anos anteriores persistiu positiva. As condições climáticas adversas, o comportamento nos preços dos insumos e a volatilidade do câmbio atrapalharam as tomadas de decisão dos produtores. Para este ano, as empresas do setor aguardam um aumento nas vendas com incrementos mais fortes.

BRASIL: FATURAMENTO DOS FERTILIZANTES ESPECIAIS

ANO	Faturamento (R$ bilhões)	Var. %
2014	4,02	-
2015	4,61	14,6
2016	5,07	10,1
2017	5,53	9,2
2018	6,59	19,1
2019	7,10	7,7
2020	10,40	46,5
2021	16,66	60,2
2022	22,19	33,2
2023	22,64	2,0

Fonte: Abisolo

ESTÍMULOS PARA A PRODUÇÃO FLORESTAL

Aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei nº 14.876 foi sancionada pelo governo federal em 31 de maio último, excluindo a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. A medida simplifica a licença ambiental para o plantio de florestas com fins comerciais, como, por exemplo, a produção de pínus e de eucaliptos. Os investimentos no setor ficam estimulados para ampliar o reflorestamento sustentável. O Brasil ocupa a posição de maior produtor e exportador mundial de celulose, sendo este o seu terceiro produto agrícola mais exportado. Além de contar com cerca de 10,0 milhões de hectares de árvores plantadas, o País conserva 6,7 milhões de hectares em mata nativa.

ABPA COMEMORA DEZ ANOS DE FUNDAÇÃO

Marco importante na história das cadeias produtoras e exportadoras de avicultura e de suinocultura no Brasil, a ABPA celebra uma década de existência. A fundação veio da junção de duas organizações: a União Brasileira de Avicultura (UBABEF) – fruto da fusão da União Brasileira de Avicultura (UBA) com a Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (ABEF) – e a Associação Brasileira de Produtores e Importadores de Carne Suína (ABIPECS). A celebrada entidade conta com mais de 140 associados dos diversos elos, desde empresas fornecedoras e agroindústrias produtoras e exportadoras até entidades estaduais.

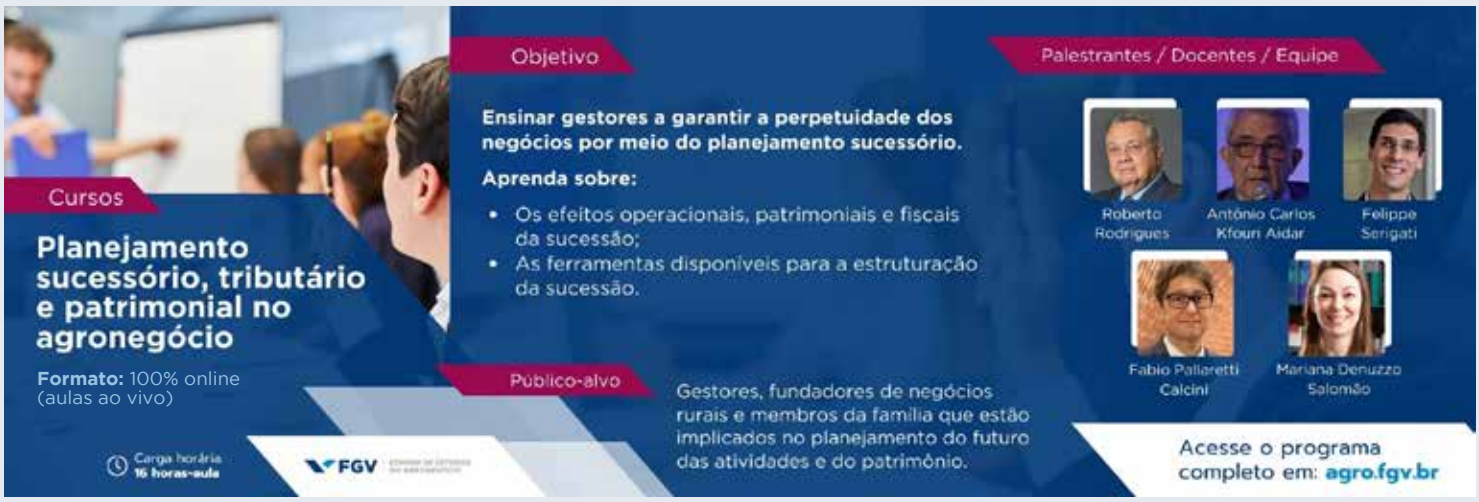
Respaldada pela força associativa com a atuação direta e indireta de 4 milhões de brasileiros, a força institucional da ABPA conquistou grandes avanços comerciais e superou diversas crises. Para isso, a ABPA contou com a parceria da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil). São quase oitenta eventos organizados e executados, incluindo grandes ações, como campanhas e feiras. Dessas sinergias, nasceu o Salão Internacional de Proteína Animal (SIAVS), a maior feira e principal momento político-institucional das cadeias produtivas nacionais.

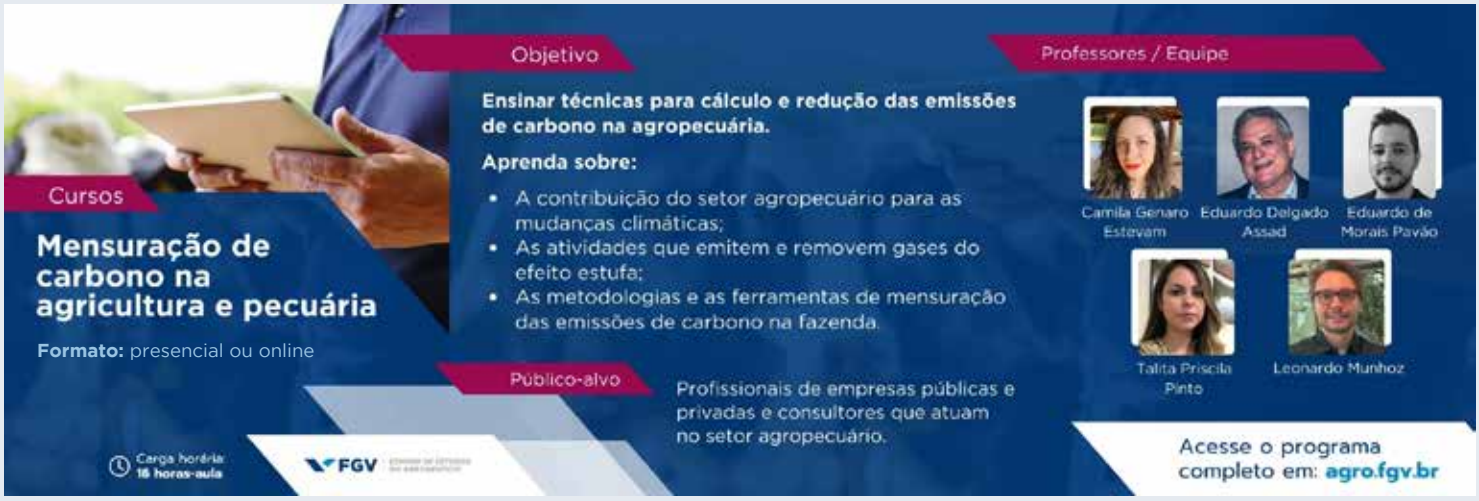
ACESSE O NOSSO SITE PARA LER AS EDIÇÕES DA **AGROANALYSIS** GRATUITAMENTE: **AGRO.FGV.BR**

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS IMPORTANTES VEÍCULOS FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO.**



SÃO MAIS DE **40 ANOS NO MERCADO** GARANTINDO A **QUALIDADE DA INFORMAÇÃO** QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!







Os três cursos têm vagas limitadas. Para se inscrever e ter mais informações, você pode acessar o link **https://agro.fgv.br/cursos** ou o QR *code* a seguir:

NOVOS RUMOS PARA A SUSTENTABILIDADE COM A ESTRATÉGIA NACIONAL DE BIOECONOMIA

O governo federal publicou, em 5 de junho último, o Decreto nº 12.044, criando a Estratégia Nacional de Bioeconomia. A finalidade é coordenar e implementar políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da bioeconomia, em articulação com a sociedade civil e o setor privado. Entre as diretrizes centrais para impulsionar a bioeconomia no País, o Decreto foca-se em: atividades econômicas produtivas sustentáveis; descarbonização; agricultura regenerativa; e bioindustrialização.

A Estratégia será implementada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, estabelecendo recursos, ações, responsabilidades, metas e indicadores. O Plano deve ficar pronto em sessenta dias contados da instituição da Comissão Nacional de Bioeconomia, órgão interministerial a ser formado em até trinta dias da publicação do Decreto. A Estratégia Nacional de Bioeconomia vai ao encontro das normas ambientais do Brasil, em especial o Código Florestal, o Marco da Biodiversidade, o Programa de Transformação Ecológica (PTE) e o plano Nova Indústria Brasil. Está atual, também, com as demandas de novas formas de produção e ética de consumo globais.

Em junho, na sua coluna do programa Planeta Campo, no Canal Rural, Leonardo Munhoz, advogado e pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV), explora as diretrizes e os objetivos dessa nova política, apontando que ela busca integrar setores públicos, privados e acadêmicos para promover práticas sustentáveis e descarbonização na produção econômica. Munhoz aborda, ainda, como essa estratégia alinha-se com contextos nacionais e internacionais e quais são os próximos passos para a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia.

Acesse a análise completa por meio do QR *code* a seguir:

SEMINÁRIO DE BIOECONOMIA DO OCBIO

Múltiplas atividades competem pelo uso da terra, como a produção de alimentos e bioenergia e os serviços ambientais. Várias dessas atividades podem contribuir para mitigar ou exacerbar a segurança alimentar, as emissões de gases de efeito estufa e a biodiversidade. Considerando as muitas demandas concorrentes, existe terra suficiente para cumprir as metas climáticas e as necessidades agrícolas/alimentares, preservando e restaurando a biodiversidade? É possível atribuir terras para alimentação, natureza e bioenergia em níveis global e regional para responder tanto às necessidades humanas, como aos objetivos ambientais? Quais são as ações e as mudanças necessárias no uso da terra para atingir esses objetivos?

Esses e outros questionamentos sobre o tema foram respondidos na mais recente edição do Seminário de Bioeconomia do OCBio, realizada em 13 de junho último. O evento foi ministrado por Angelo Gurgel, pesquisador do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e do OCBio, que abordou o desafio do uso competitivo da terra para diferentes atividades e a viabilidade de atender simultaneamente as metas climáticas, as necessidades agrícolas e a preservação/restauração da biodiversidade, tanto em nível global, quanto regional.

O seminário contou com moderação de Cicero Zanetti de Lima, economista e pesquisador do OCBio, e a participação de um público formado pelos mais diversos setores e regiões do Brasil, que se engajou em uma discussão produtiva sobre o tema.

Confira o seminário na íntegra por meio do QR *code* a seguir:

AGROEVOLUTION 2024

Em maio último, a CMS Brasil e a Serasa Experian promoveram o evento AgroEvolution 2024, do qual participou Leonardo Munhoz, pesquisador do OCBio, discutindo a temática “Mercado de carbono – grandes oportunidades e o Brasil como líder na reserva de carbono”.

O mercado de carbono emerge como uma das ferramentas mais promissoras na luta contra as alterações climáticas, e o Brasil tem um papel fundamental nesse contexto, uma vez que a sua grande biodiversidade e cobertura florestal o posicionam como um importante fornecedor desse tipo de crédito no mercado global.

Para debater sobre esse tema, o evento contou, também, com a presença de Yuri Rugai Marinho, da ECCON Soluções Ambientais, Ana Carolina Guedes, da Bayer Crop Science, e Felipe Bottini, da Accenture. Eles compartilharam

suas visões sobre os desafios e as oportunidades do mercado de carbono na promoção de desenvolvimento econômico sustentável e criação de valor social.

Agradecemos aos organizadores do evento e aos demais convidados do painel pela valiosa participação no AgroEvolution 2024.

Para saber mais sobre o evento, acesse o QR *code* a seguir:

WEBINAR ABAGTALKS: CAMINHOS DA BIOECONOMIA PARA A COP 30

A bioeconomia foi o tema do último *webinar* ABAGTALKS, que aconteceu em 17 de junho último, realizado pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). A fim de debater sobre os caminhos da bioeconomia para a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 30/UNFCCC, nas siglas em inglês), a ser realizada em novembro de 2025, o *webinar* contou com mediação de Nina Plöger, cofundadora da IPDES e membro do Comitê de Sustentabilidade da ABAG, e a participação de Talita Priscila Pinto, coordenadora do OCBio, Marcello Brito, ex-presidente da ABAG e secretário-executivo do Consórcio Amazônia Legal, e Tulio Dias Brito, diretor de Sustentabilidade da Agropalma.

Assista ao *webinar* na íntegra por meio do QR *code* a seguir:

NOVA DIRETIVA DE ESG DA UNIÃO EUROPEIA

A nova Diretiva da União Europeia voltada para ESG (sigla em inglês para sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa) foi abordada, em maio último, por Leonardo Munhoz, advogado e pesquisador do OCBio, na sua coluna do programa Planeta Campo, no Canal Rural.

Além de explicar a estrutura básica da norma aprovada, Munhoz também levantou pontos de conexão com o ordenamento ambiental brasileiro, como a responsabilidade ambiental civil objetiva/solidária e, principalmente, a função socioambiental dos contratos, uma vez que as empresas dentro do escopo dessa Diretiva deverão incorporar as práticas de ESG em cláusulas contratuais.

Acesse a análise completa por meio do QR *code* a seguir:

SHUTTERSTOCK



AGROINDÚSTRIA VOLTA A POSITIVAR E ACUMULA UMA ALTA DE 4,1% DESDE O COMEÇO DO ANO

De acordo com o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), a agroindústria brasileira registrou um crescimento de 12,1% em abril último frente ao mesmo mês de 2023, correspondendo à maior expansão interanual para o mês de abril desde 2013. Destaca-se que o efeito calendário contribuiu para esse resultado, uma vez que o número de dias úteis de abril foi maior neste ano do que em 2023.

Em abril último, a expansão da agroindústria foi impulsionada tanto pelo segmento de produtos alimentícios e bebidas (+13,2%), quanto pelo de produtos não alimentícios (+10,7%). Dentro dos segmentos, os principais destaques positivos, por conta do peso dentro da agroindústria e da intensidade do crescimento, foram:

- Subsetor de alimentos de origem animal (20,2%): registrou a maior expansão para o mês da série histórica. O bom desempenho foi puxado, notadamente, pelo aumento da produção de carnes e de laticínios.
- Subsetor de alimentos de origem vegetal (11,6%): a sua alta foi derivada do aumento na produção de produtos do refino de açúcar, conservas e sucos, café, arroz e trigo.
- Setor de biocombustíveis (27,4%): a sua expansão foi derivada do aumento na moagem de cana-de-açúcar e na qualidade dessa matéria-prima.
- Setor de produtos têxteis (14,5%): registrou o segundo melhor mês de abril da série histórica. Vem tentando recuperar-se de um período longo de taxas de crescimento negativas, causadas, notadamente, pela alta nos custos e pela forte concorrência de plataformas chinesas online.
- Setor de produtos florestais (5,9%): a sua alta foi puxada pelo crescimento na produção de papel e celulose. Importante na pauta de exportação do agronegócio brasileiro, esse subsetor registrou um forte aumento no volume embarcado no período (as exportações de celulose cresceram 10,4% e as de papel, 25,0%, de acordo com o MAPA.

No acumulado deste ano (até abril), a produção agroindustrial registrou um crescimento de 4,1%. Foi o melhor primeiro quadrimestre desde 2018. A expansão foi impulsionada tanto pelo segmento de produtos não alimentícios (+1,3%), quanto, principalmente, pelo segmento de produtos alimentícios e bebidas (+6,1%).

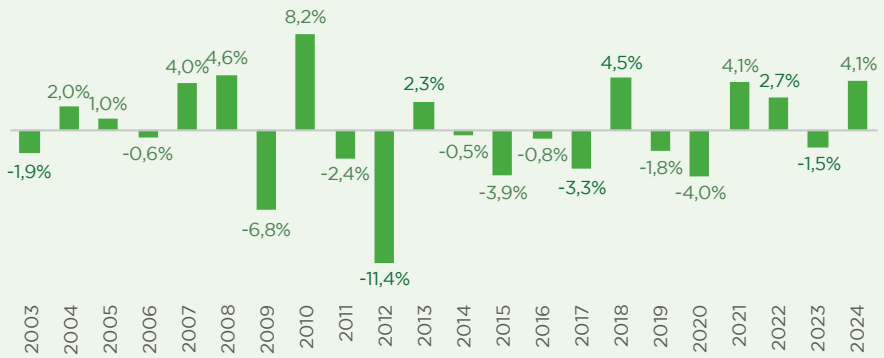
Desde 2023, o segmento de produtos alimentícios e bebidas vem apresentando um desempenho positivo, que continuou ao longo deste ano com uma alta generalizada entre os seus setores e subsetores. O segmento de produtos não alimentícios, por sua vez, enfrentou dificuldades em 2023, fechando o ano com uma contração de 2,1%. Contudo, esse início de ano tem sido mais favorável ao segmento, de tal forma que o seu único setor que não está operando em campo positivo é o de insumos agropecuários.

No entanto, na divulgação do próximo mês, serão apresentados os dados da agroindústria considerando os primeiros impactos da tragédia climática no Rio Grande do Sul. Diante disso, será possível entender quanto do crescimento acumulado nos primeiros meses de 2024 terá se perdido com a crise, dado que o estado gaúcho está entre os cinco mais relevantes para a agroindústria brasileira.

A agroindústria expandiu 12,1% em abril último em relação ao mesmo mês de 2023 – a maior expansão interanual para o mês de abril desde 2013 –, tanto devido à expansão no segmento de produtos alimentícios e bebidas (13,2%), quanto no de produtos não alimentícios (10,7%).

VARIAÇÃO ACUMULADA DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL NOS PRIMEIROS QUATRO MESES DE CADA ANO FRENTE AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR (%)

No acumulado do ano até abril último, a agroindústria cresceu 4,1%. Impulsionada pelo segmento de produtos não alimentícios (+1,3%) e, sobretudo, pelo segmento de produtos alimentícios e bebidas (+6,1%), teve o melhor quadrimestre desde 2018.



Fonte: FGV Agro

Seminário: Desafios para o segmento diesel no Brasil nos próximos 20 anos



- PROJEÇÕES DE OFERTA E DEMANDA
- DESCARBONIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS
- EMISSÕES DE POLUENTES E GASES DE EFEITO ESTUFA
- COMPATIBILIDADE BIOCOMBUSTÍVEIS E MOTORES
- INOVAÇÃO, MOBILIDADE E ROTAS TECNOLÓGICAS

18 de julho de 2024
a partir das 8h00
Auditório da FGV-SP

evento gratuito
presencial
vagas limitadas

Informações e inscrições
abiove.org.br/seminario-diesel

realização

ABIOVE
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

O ENCOLHIMENTO POPULACIONAL NA CHINA

LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI*

Com base na magnitude e no crescimento da população mundial, o Brasil vem adotando a estratégia de recorrente elevação da produção agropecuária para alimentar o mundo. Acontece que, num futuro próximo, a crescente demanda de alimentos pode não ser uma premissa verdadeira para alguns dos seus principais parceiros comerciais. Neste artigo, analisa-se a previsão de crescimento/encolhimento de países populosos, os principais importadores e as projeções futuras de PIB per capita *de alguns mercados alternativos. Por um lado, não será uma tarefa fácil encontrar outros países além da China em condições de importar os produtos brasileiros. Por outro lado, o continente africano apresenta-se como um mercado importante.*

O CENÁRIO de decréscimo populacional da China sinaliza a necessidade de se refletir sobre o comportamento de contínuo aumento na produção de produtos agropecuários, pois o arrefecimento da demanda pode conduzir o equilíbrio dos preços a patamares abaixo dos custos de produção.

Em momentos de excesso de oferta e preços baixos, as dificuldades financeiras dos produtores brasileiros se evidenciam. Pela fria análise dos dados, o setor deveria preparar-se para buscar novos mercados consumidores e se organizar para, no lugar de aumentar a área plantada, alcançar uma maior eficiência nos resultados nos seus negócios, aprimorando as gestões de custos, financeira e de riscos, além da adoção de procedimentos de governança.

OS PAÍSES MAIS POPULOSOS ATÉ 2100

O dimensionamento do resultado entre oferta e demanda é sempre muito incerto. Os volumes ofertados estão relacionados, entre diversos fatores, ao comportamento climático, que gera repentinos choques de escassez ou excesso de produtos no mercado. No caso da demanda, embora mais estável, sabe-se que os tamanhos da população e da renda determinam a sua magnitude.

Os Gráficos 1 e 2 mostram projeções populacionais do mundo até 2100 dos quinze países mais populosos em 2022[a], calculadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Nos dois Gráficos, é possível observar que os marcadores (círculos) no meio das curvas indicam o ano em que a população inicia o encolhimento. Assim, vê-se que, daqui a 61 anos (2085), a população mundial passa a decrescer.

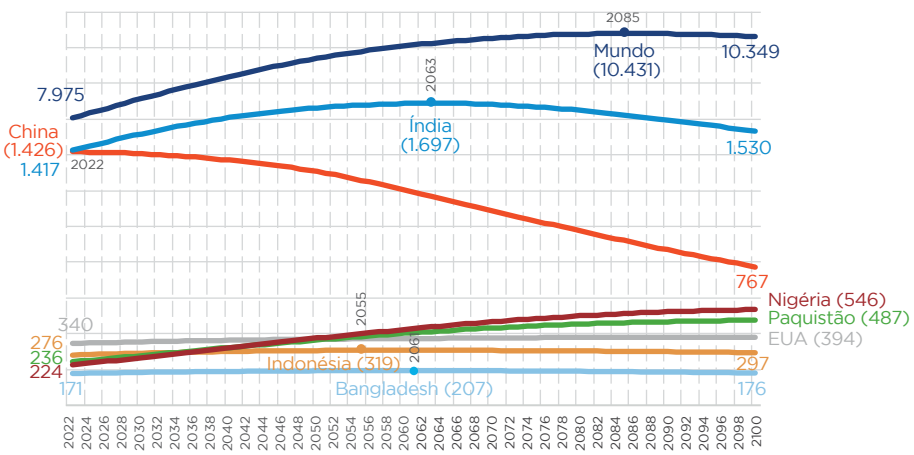
Mas o mundo já está crescendo a taxas decrescentes! Assim como a população mundial, países como a Índia, a Indonésia, Bangladesh, o Brasil, as Filipinas e o México devem começar a decrescer entre 2022 e 2100.

O que chama a atenção e deve preocupar os produtores brasileiros é a trajetória da população chinesa, que representa o nosso maior parceiro comercial e que já iniciou o seu processo de diminuição populacional em 2022, e de maneira bem agressiva. Além da China, o Japão e a Rússia também estão diminuindo.

Por outro lado, é possível observar que há países que continuam crescendo em

GRÁFICO 1 – PROJEÇÕES POPULACIONAIS DOS PAÍSES MAIS POPULOSOS PARA 2100 (MILHÕES DE HABITANTES)

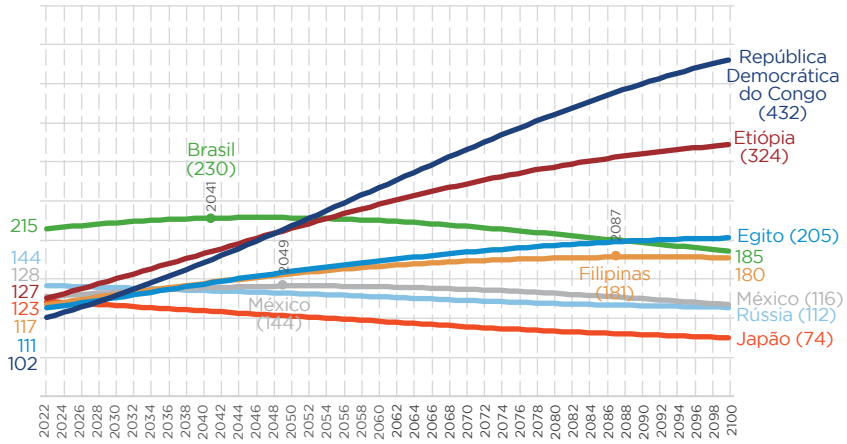
Pode-se observar que a China já começou o seu processo de decrescimento da população em 2022, de forma bem agressiva. Por outro lado, as projeções são de que a Nigéria, os EUA e o Paquistão continuarão a crescer até 2100.



Fonte: ONU; elaboração pelo autor

GRÁFICO 2 – PROJEÇÕES POPULACIONAIS DOS PAÍSES MAIS POPULOSOS PARA 2100 (MILHÕES DE HABITANTES)

Enquanto as projeções indicam que o México e as Filipinas devem começar seu processo de encolhimento populacional em algum ponto entre 2022 e 2100, observa-se que a República Democrática do Congo, a Etiópia e o Egito devem continuar a crescer no mesmo intervalo.



Fonte: ONU; elaboração pelo autor

termos populacionais até 2100, tais como a Nigéria, o Paquistão, os Estados Unidos (EUA), a República Democrática do Congo, a Etiópia e o Egito.

Esse quadro nos sugere analisar os nossos parceiros comerciais externos nas principais *commodities* agro, com a intenção de verificar países que poderiam representar alternativas comerciais.

"O que chama a atenção e deve preocupar os produtores brasileiros é a trajetória da população chinesa, que representa o nosso maior parceiro comercial e que já iniciou o seu processo de diminuição populacional em 2022, e de maneira bem agressiva."

OS NOSSOS PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS

O Brasil é o país mais importante na produção e na exportação mundiais de alimentos, posição explicada por diversos atributos, como terra, sol, água, pesquisa científica (*vide* a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa), mão de obra especializada, investimentos etc.

Esse conjunto de vantagens traduziu-se em uma elevada competitividade para exportar *commodities* agropecuárias de maneira rentável, remuneradas pelos preços formados pelo mercado internacional.

Os Gráficos de 3 a 6 exibem os principais parceiros comerciais de alguns importantes produtos agropecuários brasileiros, que, juntos, representaram US$ 98 bilhões em divisas, ou quase 30% do valor exportado em 2023.

Chama a atenção o protagonismo da China nas exportações de soja, boi gordo e suínos, enquanto compradores de milho, açúcar e aves estão mais distribuídos.

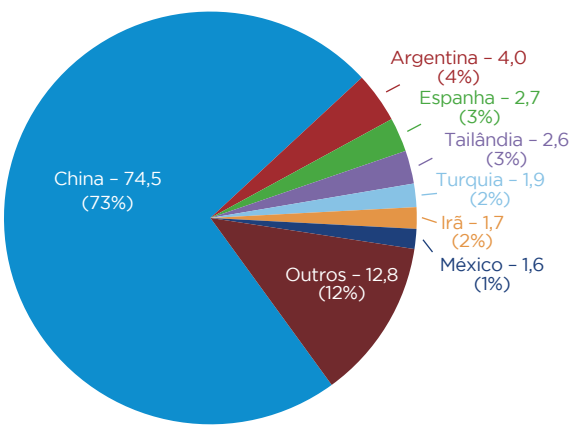
O cruzamento da hegemonia chinesa com a previsão do seu encolhimento populacional, como espelhado no Gráfico 1, preocupa. Deve-se debater quais estratégias o Brasil adotará para enfrentar essa possível realidade.

O caso da soja (Gráfico 3), talvez, seja o que exigirá uma maior reflexão, por ser muito concentrado na China e ser relevante para o agro brasileiro e a balança comercial (responsável por 16% da exportação em 2023, sem contar com farelo e óleo de soja). Entre os demais maiores importadores, com exceção do México – que tem uma população grande, mas que começa a decrescer daqui a 25 anos –, nenhum terá mais de 100 milhões de habitantes em 2100.

No caso do milho (Gráfico 4), a situação está mais equilibrada, embora com volumes exportados bem menores

GRÁFICO 3 – BRASIL: PRINCIPAIS IMPORTADORES DE SOJA EM 2023 (MILHÕES DE TONELADAS)

Entre os importadores de soja brasileira, a China destaca-se pela grande concentração da sua participação. Exceto o México, nenhum dos importadores restantes deverá ter mais de 100 milhões de habitantes em 2100.



Fonte: SECEX; elaboração pelo autor

do que os da soja. Além disso, entre os principais importadores, quatro possuem mais de 100 milhões de habitantes (China, Japão, México e Egito).

Deve-se salientar que o tamanho da abertura da janela de exportação de milho está diretamente relacionado ao excesso da produção brasileira, pois o mercado doméstico, representado, principalmente, pelo setor de proteína animal e pelo crescente mercado de etanol, é significativo e estabelece um piso para o preço interno.

A exportação de açúcar (Gráfico 5) está bem equilibrada, além de contar com seis importadores com populações acima de 100 milhões (China, Índia, Indonésia, Nigéria, Bangladesh e Egito). Deve-se considerar, ainda, que a Nigéria e o Egito dobrarão suas populações até 2100.

O Gráfico 6 exibe os maiores importadores de carnes do Brasil em 2023. Novamente, no mercado de boi gordo, presencia-se a concentração chinesa. Por outro lado, entre os importadores existem países populosos, como os EUA, o Egito, as Filipinas e a Rússia. Deve-se levar em conta, ainda, que nenhum dos demais passará dos 100 milhões de habitantes até 2100.

Sobre a China, os analistas têm procurado entender como os incentivos de elevação de renda da classe média e o envelhecimento da população impactarão o consumo de carnes. Não está claro se os efeitos dos citados fenômenos sobre a demanda chinesa se anulam ou se complementam.

O mercado internacional brasileiro de suínos depende do mercado chinês, mas não de maneira concentrada. Porém, entre os demais países, somente as Filipinas têm uma grande população, o que pode ser pouco para compensar o futuro encolhimento da China.

O mercado de exportação de aves é bem distribuído e não dependente da China. Além de fornecer para os mercados árabes, conta com compradores distribuídos em diversos continentes (Japão, Filipinas e México) que possuem mais de 100 milhões de habitantes, sendo que o Iraque alcançará essa condição populacional em 2100.

PIB *PER CAPITA* DOS PAÍSES POPULOSOS

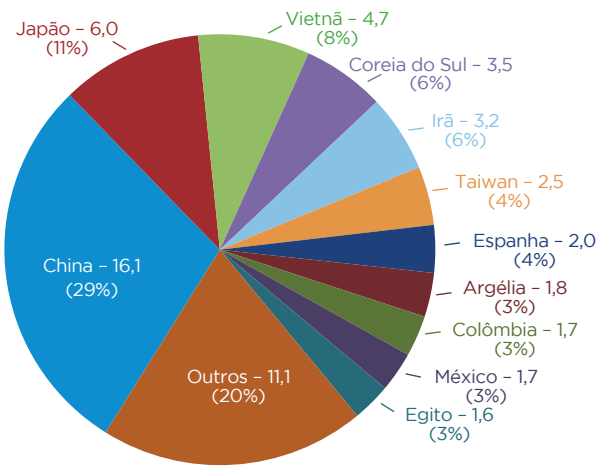
Nesta análise, optou-se em usar o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que representa o rendimento disponível das famílias e um dos determinantes da demanda por *commodities* agrícolas, segundo o Agricultural Outlook 2023-2032 da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês).

Além das análises da trajetória da população mundial e dos principais parceiros comerciais do Brasil, deve-se agregar à análise a riqueza dos países mais populosos, pois, se a estratégia for abrir novos mercados, as variáveis renda e população devem fazer parte do estudo.

Embora a China não tenha um PIB *per capita* elevado, a maior parte dos países populosos está abaixo dela. A tabela compara países com mais de 100 milhões de habitantes em 2022 e países que alcançarão essa condição em 2100.

GRÁFICO 4 – BRASIL: PRINCIPAIS IMPORTADORES DE MILHO EM 2023 (MILHÕES DE TONELADAS)

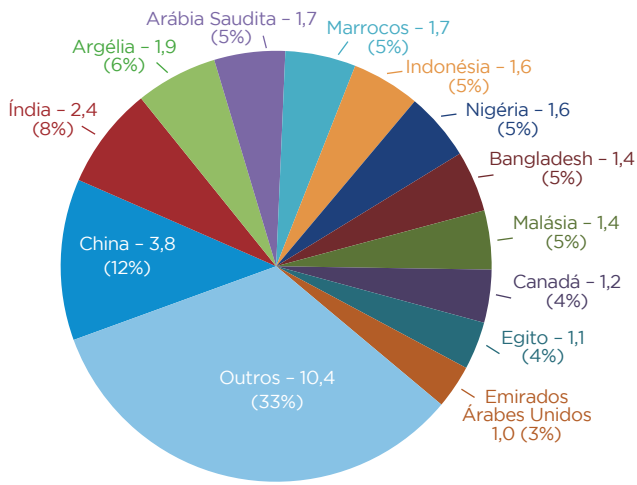
Mais equilibradas quanto à concentração, as importações de milho brasileiro têm quatro destinos que possuem mais de 100 milhões de habitantes: China, Japão, México e Egito.



Fonte: SECEX; elaboração pelo autor

GRÁFICO 5 – BRASIL: PRINCIPAIS IMPORTADORES DE AÇÚCAR EM 2023 (MILHÕES DE TONELADAS)

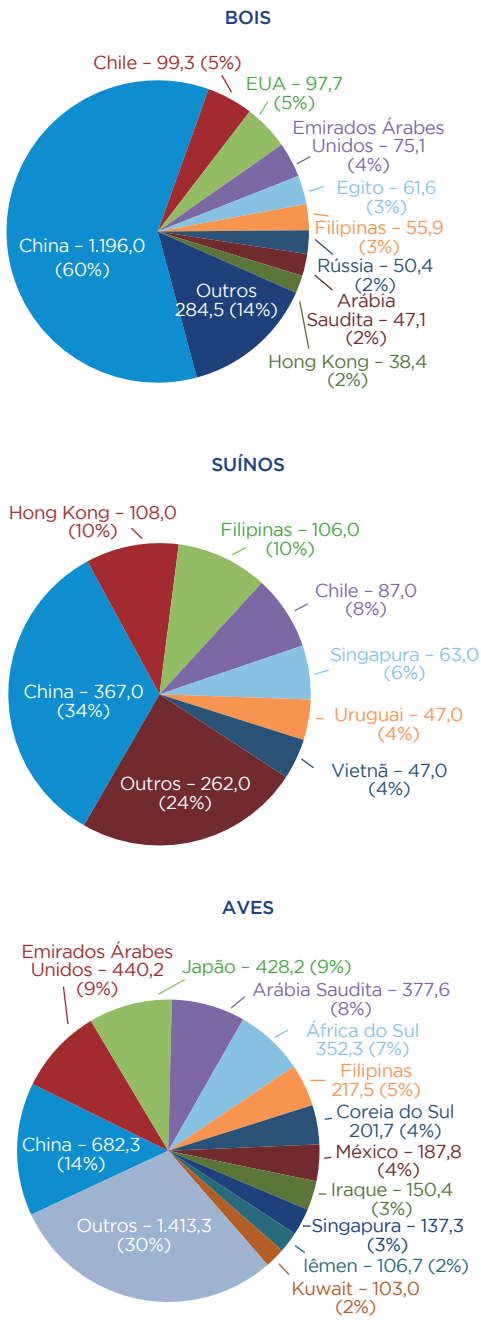
Também equilibrada, a importação de açúcar brasileiro tem seis importadores com mais de 100 milhões de habitantes: China, Índia, Indonésia, Bangladesh, Nigéria e Egito.



Fonte: SECEX; elaboração pelo autor

GRÁFICO 6 – BRASIL: PRINCIPAIS IMPORTADORES DE BOIS, SUÍNOS E AVES EM 2023 (MILHARES DE TONELADAS)

No mercado de boi gordo brasileiro, a importação concentra-se claramente na China. Já a importação de suínos depende também do mercado chinês, mas não de forma concentrada. Por fim, o mercado de aves é bem distribuído, não dependendo do país asiático.



Fonte: SECEX; elaboração pelo autor

Para melhor entender a situação comercial do Brasil nos próximos oitenta anos, considerando a estratégia do País de abrir novos mercados, além de se analisar a trajetória da população mundial e dos seus parceiros comerciais, deve-se examinar a riqueza dos países mais populosos.

Comparando a tabela aos gráficos anteriores, não será uma tarefa fácil encontrar países que possam substituir a China ao longo dos próximos anos e em condições de importar os nossos produtos aos preços atuais. Já o continente africano apresentará um crescimento importante populacional, mas o desafio será crescer o PIB além do crescimento da população nos próximos oitenta anos. ■

[a]Países com populações acima de 100 milhões

*Consultor em derivativos e crédito no agronegócio, membro de Conselhos de Administração de empresas e professor de Pós-Graduação Lato Sensu da Fundação Getulio Vargas (FGV) – luiz.caffagni@sombreroseguros.com.br

PIB *PER CAPITA* DE PAÍSES COM MAIS DE 100 MILHÕES DE HABITANTES EM 2022 E EM 2100 (US$)

Mesmo sem um PIB per capita alto, a China aparece na lista acima da maior parte dos países populosos. Alguns países africanos despontam no crescimento populacional até 2100, restando o desafio de seu PIB per capita acompanhar esse crescimento nos próximos oitenta anos.

CONDIÇÃO POPULACIONAL	Países	PIB *per capita* em 2022 (US$)
População acima de 100 milhões em 2022	EUA	76.330
	Japão	34.017
	Rússia	15.271
	China	12.720
	México	11.497
	Brasil	8.918
	Indonésia	4.788
	Egito	4.295
	Filipinas	3.499
	Bangladesh	2.688
	Índia	2.411
	Nigéria	2.163
	Paquistão	1.589
	Etiópia	1.028
	República Democrática do Congo	654
População abaixo de 100 milhões em 2022 e acima de 100 milhões em 2100	Iraque	5.937
	Angola	3.000
	Quênia	2.099
	Tanzânia	1.193
	Sudão	1.102
	Uganda	964
	Níger	585
	Moçambique	558
	Afeganistão	356

Fonte: Banco Mundial; elaboração pelo autor

EXPECTATIVA DE RETORNO AO CAFEICULTOR

ALCIDES TORRES[1], FELIPE DE LIMA JUNQUEIRA FRANCO FABBRI[2], JULIA MONSALVE[2]

Mesmo com a expectativa de uma produção recorde, efeitos climáticos, cambiais e estruturais do setor cafeeiro contribuem para a manutenção dos preços do café em alta. Com custos menos onerosos e uma receita elevada em relação à safra passada, estima-se um resultado muito bom para os cafeicultores brasileiros na safra atual. Ainda que caiam os preços, os fatores externos devem limitar a pressão de baixa, assegurando um retorno positivo para o País.

COM COLHEITA em andamento, a safra cafeeira 2024/25 será de bienalidade positiva. A expectativa é de que haja uma produção recorde de 58,08 milhões de sacas, o que representa uma alta de 5,0% em relação à safra passada, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Isso poderá tirar sustentação do mercado nos próximos meses.

No acumulado de janeiro a maio deste ano, as exportações brasileiras de café totalizaram 20,69 milhões de sacas, um recorde para o período e o equivalente a um crescimento de 52,1% em relação ao aferido nos cinco primeiros meses do ano passado, segundo o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ). Assim, a demanda externa deve seguir firme.

Deve-se prestar atenção ao clima neste segundo semestre que se inicia. Após uma temporada marcada pela presença do El Niño e pela neutralidade durante o período de colheita, a presença da La Niña no segundo semestre poderá influenciar na pega da cultura no Brasil e na Colômbia. Esses fatores, somados ao mercado internacional descompassado e à expectativa de uma produção de



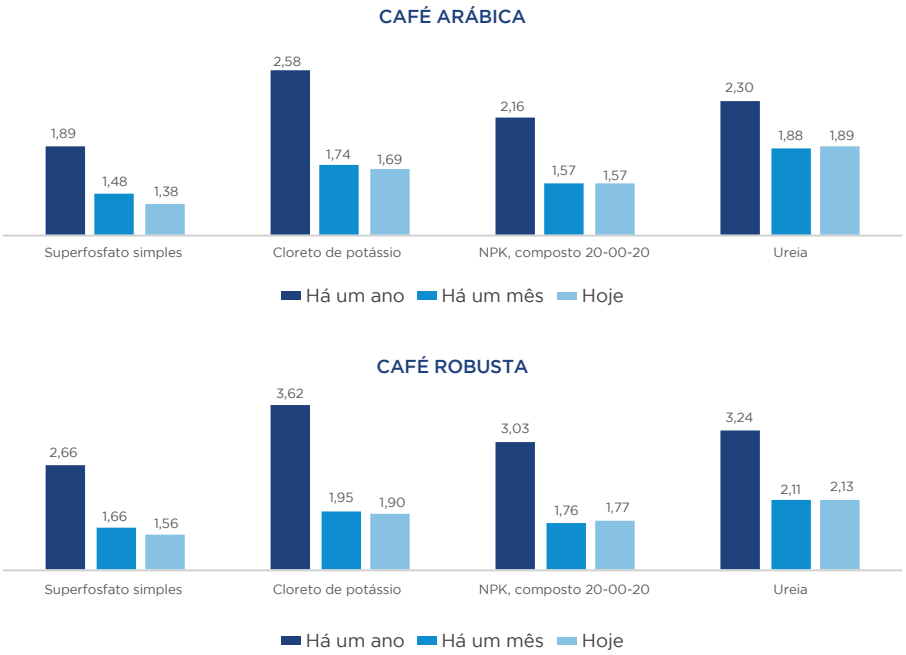
SHUTTERSTOCK

bienalidade negativa na próxima safra no Brasil, abrem espaço para a manutenção de preços firmes.

Para o produtor, a fixação de custos à próxima safra já esteve mais interessante. Em função da depreciação do real frente ao dólar, a expectativa é de um aumento nos custos dos insumos, principalmente fertilizantes e defensivos. Mas, com os preços do café elevados e a expectativa de uma boa produtividade, o momento ainda é interessante.

GRÁFICO 1 – RELAÇÃO DE TROCA EM DIFERENTES PERÍODOS PARA AS VARIEDADES ARÁBICA E ROBUSTA (SACAS DE CAFÉ POR TONELADA DE FERTILIZANTE)

Ainda que se espere um aumento nos custos dos insumos frente à depreciação do real em relação ao dólar, o momento ainda é interessante para o setor cafeeiro, devido aos preços do café elevados.



Fontes: Broadcast; Cepea/Esalq/USP; Scot Consultoria

ESTIMATIVA DE RESULTADO PARA A PRODUÇÃO CAFEEIRA EM 2024 (R$ POR HECTARE)

Considerando custos menos onerosos e uma receita elevada em relação à safra passada, estima-se um resultado positivo para a produção de café nas variedades Arábica e Robusta em 2024.

CRITÉRIO	Café Arábica (São Paulo)	Café Robusta (Espírito Santo)
Custos operacionais de produção* (R$ por hectare)	21.993,50	35.876,56
Produtividade* (sacas por hectare)	30,1	41,1
Preço** (R$ por saca)	1.242,15	1.100,61
Receita (R$ por hectare)	37.388,72	45.235,07
RESULTADO (R$ POR HECTARE)	**15.395,22**	**9.358,51**

*Considerando as informações da Conab; **Dados relativos à safra 2024/25, com preços no mercado físico entre abril e junho de 2024, segundo Cepea/Esalq/USP
Fonte: elaboração pelos autores

ESTIMATIVA DE RESULTADO PARA O CAFEICULTOR

No quadro entre receita elevada e custos menos onerosos do que na safra anterior, estima-se um resultado positivo para o cafeicultor brasileiro (*vide* tabela) considerando os preços médios vigentes neste ano.

Com o avançar da colheita, é natural que o atual patamar de preços possa perder sustentação e os preços caiam, mas o quadro no mercado internacional e a boa demanda externa pelo café brasileiro devem limitar a pressão de baixa. Mesmo que os preços voltem aos patamares do início de abril último – de aproximadamente R$ 1.000,00 por saca –, a expectativa é de um bom retorno aos cafeicultores brasileiros.

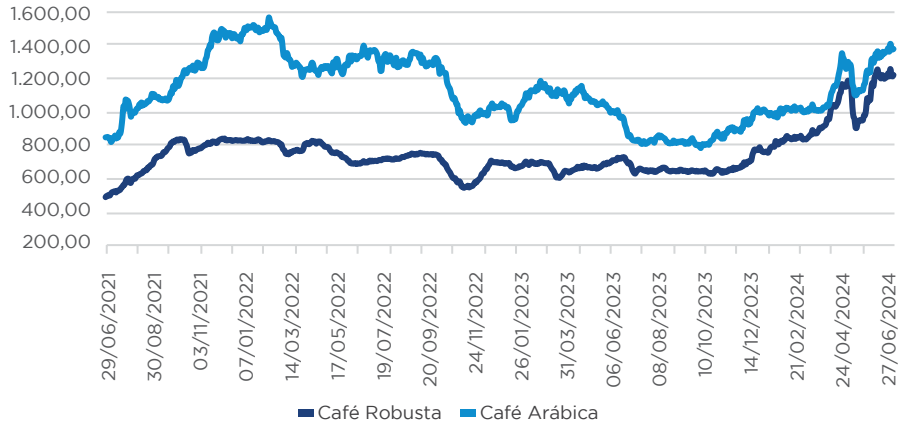
"Com o avançar da colheita, é natural que o atual patamar de preços possa perder sustentação e os preços caiam, mas o quadro no mercado internacional e a boa demanda externa pelo café brasileiro devem limitar a pressão de baixa."

ATUAL ANDAMENTO DA COLHEITA CAFEEIRA

A colheita da safra 2024/25 começou em abril último e está em ritmo acelerado no Brasil. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP), a expectativa no Espírito Santo, maior produtor de café Robusta do Brasil, é de que cerca de 40% da produção já tenha sido colhida até 18 de junho. A qualidade dos grãos tem sido boa até agora. Em Rondônia, outro importante estado produtor, a colheita está mais avançada, faltando apenas 25,% para serem colhidos.

GRÁFICO 2 – PREÇOS DO CAFÉ ARÁBICA EM SÃO PAULO E DO CAFÉ ROBUSTA NO ESPÍRITO SANTO EM VALORES NOMINAIS (R$ POR SACA DE 60 QUILOS)

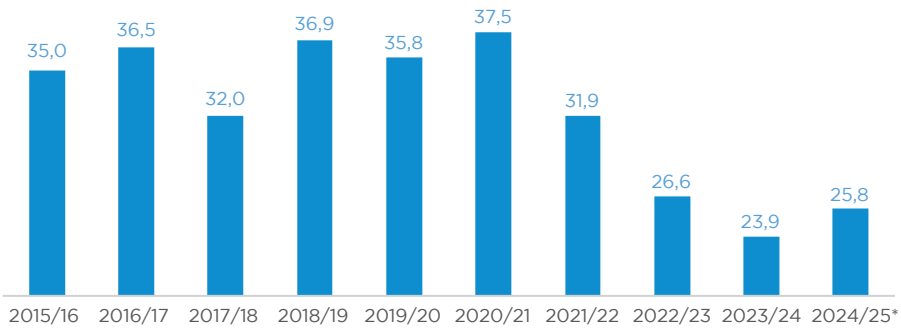
Em junho último, o preço do café atingiu a sua máxima desde 2022. No dia 27 desse mês, a saca de café Arábica era negociada a R$ 1.368,47 e a saca de café Robusta, a R$ 1.215,18.



Fonte: Cepea/Esalq/USP; elaboração: Scot Consultoria

GRÁFICO 3 – ESTOQUES FINAIS DE CAFÉ NO MUNDO (MILHÕES DE SACAS)

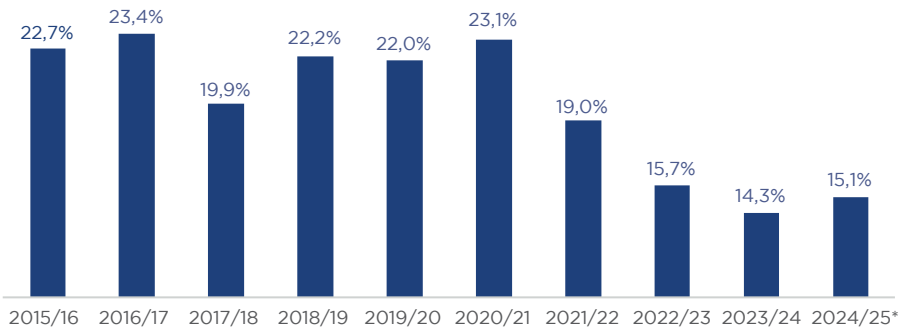
Além da intensa valorização do café Robusta, as preocupações com os estoques globais de café Arábica mais enxutos, a demanda exportadora firme e o câmbio em alta deram sustentação às cotações dessa variedade na safra 2024/25.



*Estimativa
Fonte: USDA; elaboração: Scot Consultoria

GRÁFICO 4 – ESTOQUES FINAIS *VERSUS* CONSUMO DE CAFÉ NO MUNDO (%)

Houve uma queda na proporção entre estoques finais e consumo de café de 22,7%, na safra 2015/16, para uma estimativa de 15,1%, na safra 2024/25, indicando um menor estoque relativo ao longo dos anos.



*Estimativa
Fonte: USDA; elaboração: Scot Consultoria

Para o café Arábica, por sua vez, o tempo seco tem contribuído com a colheita nas principais praças produtoras, com a estimativa de que metade da área com a cultura já tenha sido colhida até 28 de junho.

No Espírito Santo, maior produtor brasileiro de café Robusta, cerca de 40% da produção já deve ter sido colhida até meados de junho. Já nas principais praças produtoras de café Arábica, estima-se que metade da área já tenha sido colhida até fins de junho.

COLHEITA AVANÇA EM MEIO A PREÇOS FIRMES

O preço do café – Arábica e Robusta – atingiu a sua máxima, desde 2022, em junho último (*vide* Gráfico 2). Segundo o indicador do Cepea, a saca de café Arábica era negociada a R$ 1.368,47 em 27 de junho. Já a saca de café Robusta era de R$ 1.215,18 na mesma data.

As cotações do café Robusta estão em movimento de alta desde o último trimestre de 2023, influenciadas pela aquecida demanda internacional da variedade brasileira. Nesse sentido, vale lembrar que importantes países produtores de Robusta na Ásia (com destaque para o Vietnã) atravessam problemas relacionados ao clima e à logística.

No caso do café Arábica, as preocupações quanto aos estoques globais do grão mais enxutos (*vide* Gráficos 3 e 4) e, sobretudo, as intensas valorizações do café Robusta, somadas à demanda exportadora firme e ao câmbio em alta ao longo de junho último, deram sustentação às cotações. ■

1 Diretor-fundador da Scot Consultoria
2 Analistas de mercado da Scot Consultoria

ECONOMIA CRESCEU NO PRIMEIRO TRIMESTRE, MAS DEVE PERDER FÔLEGO

ANDRÉ DIZ[1], FELIPPE SERIGATI[2], ROBERTA POSSAMAI[3]

Com base na evolução do PIB no primeiro trimestre deste ano, a economia brasileira apresentou crescimento, impulsionada, principalmente, pelo consumo das famílias. A agropecuária foi o principal motor desse crescimento, com um aumento de 11,3%. No entanto, o PIB do setor agrícola caiu em relação ao mesmo período de 2023, registrando uma queda de 3,0%. Essa queda foi atribuída à redução na produção de culturas importantes, como soja e milho, devido a problemas climáticos. Indicadores do segundo trimestre já apontam um crescimento menor, sugerindo uma desaceleração econômica. Além disso, os dados do primeiro trimestre não refletem os efeitos do desastre ocorrido no estado do Rio Grande do Sul em maio último, que podem ter um impacto adicional sobre os próximos resultados econômicos.

DE ACORDO com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro trimestre deste ano, a economia brasileira, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), cresceu para todas as bases de comparação. Frente ao último trimestre de 2023 (com ajuste sazonal), a economia se expandiu 0,8%, compensando a variação negativa (-0,1%) na passagem do terceiro para o quarto trimestre do ano passado. Por um lado, esses números mais agregados sugerem que a economia registrou um crescimento neste primeiro trimestre do ano. Por outro lado, ao desagregar os números, fica claro que essa expansão se deu de forma desequilibrada (fortemente puxada pelo aquecimento do consumo das famílias) e que pode perder uma parte do fôlego ao longo do ano.

QUEM PUXOU O PIB?

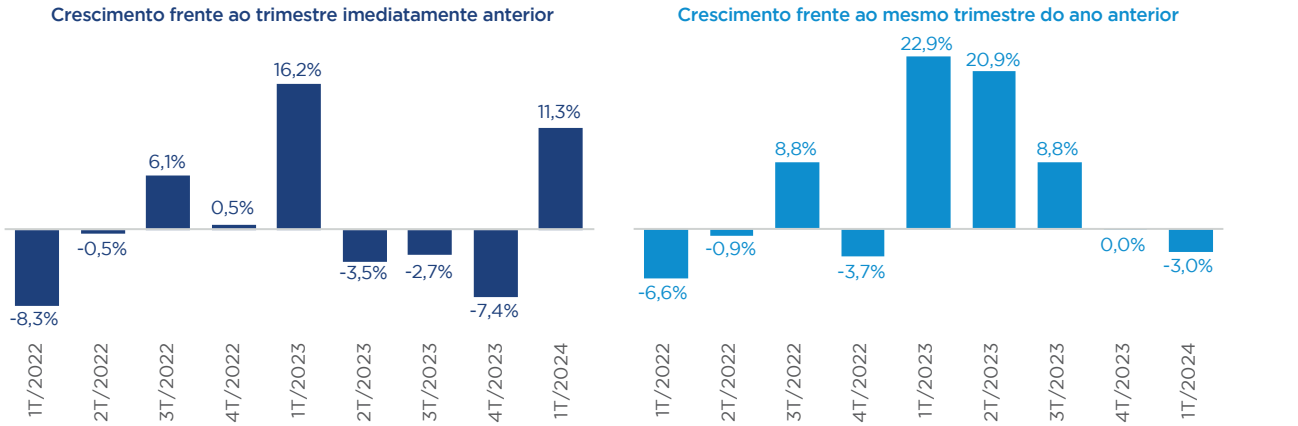
Pelo lado da oferta, ou seja, dos setores que produzem a riqueza medida pelo PIB, o grande destaque foi a agropecuária, que registrou uma alta de 11,3% (deve-se de ter cuidado com as limitações dos filtros sazonais). Apesar dessa taxa expressiva, foi a expansão de 1,4% do setor de serviços que mais contribuiu



SHUTTERSTOCK

GRÁFICO 1 – BRASIL: CRESCIMENTO DO PIB DA AGROPECUÁRIA (%)

Em relação ao trimestre anterior, o PIB da agropecuária cresceu 11,3%, representando o principal motor da economia no primeiro trimestre deste ano. Contudo, em comparação ao primeiro trimestre de 2023, houve a queda considerável de 3,0%.



Fonte: IBGE

para o crescimento da economia no período. Já a indústria praticamente andou de lado (-0,1%), não conseguindo acompanhar o aquecimento do mercado interno.

Pela ótica da despesa, foi o consumo das famílias (1,5%) que liderou o crescimento da economia, favorecido, sobretudo, pelo maior aquecimento do mercado de trabalho. Os investimentos (4,1%) também cresceram, porém a alta ocorreu por conta de uma base de comparação bastante estreita, uma vez que, em 2023, a formação bruta de capital do País havia contraído 3,0%. Uma parte do mercado interno mais aquecido foi atendida pelas importações (notadamente de bens industriais), que, no período, cresceram 6,5%. Já as exportações registraram um levíssimo crescimento de 0,2% (lembrando que, nesse caso, a base de comparação dos trimestres anteriores é bem larga).

Com isso, fica evidente que, apesar da expansão da economia no início deste ano, esse crescimento vem ocorrendo de uma maneira desequilibrada entre os seus componentes e de forma que pode não se sustentar no médio prazo. Isso porque é o consumo das famílias que vem puxando essa expansão sem a contrapartida da indústria, que está sendo parcialmente compensada pelas importações.

Para tentar aquecer a economia, o Governo tem realizado uma política fiscal expansionista, apesar dos sinais de que o mercado de trabalho esteja operando próximo do seu limite. Entre esses sinais, há a combinação de uma inflação de serviços adjacentes elevada (em torno de 5,0%), uma elevação dos salários acima da produtividade da mão de obra e uma taxa de desemprego baixa para os padrões da economia brasileira (nesse ponto, é necessário considerar os impactos ainda não mensurados da reforma trabalhista).

Enfim, apesar dos números de curto prazo favoráveis, a expansão desequilibrada pode perder fôlego no médio prazo. Talvez essa perda já dê alguns sinais mais rápidos, uma vez que alguns indicadores antecedentes do PIB, como o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), têm registrado um menor crescimento ao longo do segundo trimestre. No caso do IBC-Br, este ficou estagnado (0,1%) em abril último.

"...fica evidente que, apesar da expansão da economia no início deste ano, esse crescimento vem ocorrendo de uma maneira desequilibrada entre os seus componentes e de forma que pode não se sustentar no médio prazo."

O QUE ACONTECEU COM O PIB DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS?

Pela ótica da oferta, a agropecuária foi o principal motor da economia, já que, na margem, o PIB do setor cresceu 11,3%. Contudo, essa forte alta tem que ser analisada com cautela, pois foi causada por uma base estreita de comparação e efeitos sazonais não completamente controlados pelos filtros estatísticos disponíveis. Desde o segundo trimestre de 2023, o setor vinha apresentando quedas sucessivas, sendo que, na média dos últimos três meses do ano passado, a contração foi de 7,4%.

Além disso, quando em comparação ao primeiro trimestre de 2023, o PIB da agropecuária registrou uma contração de 3,0%, correspondendo ao pior desempenho desde o último trimestre de 2022, quando caiu 3,7% na mesma base de comparação.

O resultado negativo da agropecuária, na comparação interanual, foi derivado, sobretudo, da menor produção de colheitas importantes para o País e que têm produções significativas nos primeiros meses do ano, como as de soja e de milho. A contração da produção dessas importantes lavouras foi ocasionada, notadamente, por questões climáticas, visto que, em alguns lugares,

a forte seca prejudicou a produtividade dos grãos (como é o caso dos estados do Centro-Oeste), porém, em outros locais (principalmente, no Sul do País), o volume de chuvas excessivo atrasou o plantio.

OS PRÓXIMOS TRIMESTRES VIRÃO COM DESACELERAÇÃO?

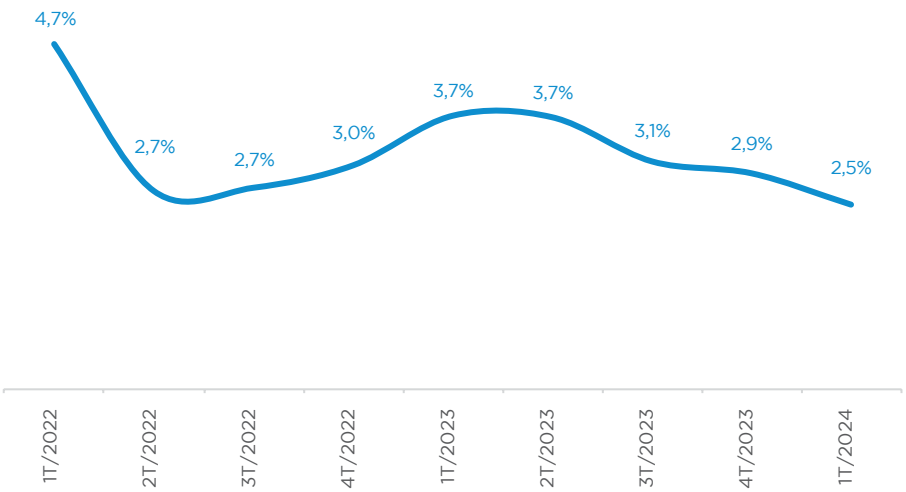
Uma forma de responder essa pergunta é observar a evolução da variação acumulada de quatro trimestres. Para esse recorte, a alta do PIB brasileiro foi de 2,5% nos últimos quatro trimestres, mas com uma sugestão de desaceleração, já que essa é a menor taxa desde o primeiro trimestre de 2022 (ou seja, entre os nove últimos trimestres).

Além disso, vale destacar que o desempenho do PIB no primeiro trimestre do ano, naturalmente, ainda não contempla o desastre das enchentes no Rio Grande do Sul, que ocorreu em maio último. Ou seja, a tragédia climática deverá afetar negativamente o resultado do PIB nas próximas divulgações, mesmo que em uma intensidade bem moderada.

Também, o desempenho do PIB tampouco reflete a piora de percepção por parte do mercado a respeito da trajetória fiscal do governo federal, fato que trouxe volatilidade para o mercado cambial, aumentando a saída de recursos do País pelas contas financeiras. Além disso, o Comitê de Política Monetária (Copom) tem sinalizado preocupação tanto com a trajetória da dívida pública, quanto com a inflação, o que se reflete em uma maior cautela do ciclo de redução da taxa de juros. Todos esses fatores tendem a desacelerar o crescimento da economia brasileira no médio prazo. ■

GRÁFICO 2 – BRASIL: EVOLUÇÃO DO PIB EM RELAÇÃO AO MESMO TRIMESTRE DO ANO ANTERIOR (% DO VALOR ACUMULADO EM QUATRO TRIMESTRES)

A variação do primeiro trimestre deste ano foi de 2,5%, representando a menor taxa de variação acumulada desde o primeiro trimestre de 2022, sugerindo uma desaceleração econômica.



Fonte: IBGE



SHUTTERSTOCK

Sugerem um refreamento da economia ao longo do ano: a menor taxa de variação acumulada do PIB em vários trimestres; a piora da percepção do mercado quanto à trajetória fiscal do Governo; e preocupações do Copom com a dívida pública e a inflação.

1Professor do MBA em Gestão do Agronegócio do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) – acosta.diz@gmail.com

2Professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

3Pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

BALANÇO DE EMISSÕES EM CEM FAZENDAS BRASILEIRAS

EDUARDO DELGADO ASSAD[1], FÁBIO MARTINS GUERRA NUNES DIAS[2], ANTONIO CHAKER EL-MEMARI NETO[3], HELLEN BRAGA[4], AMANDA CAMILA DE OLIVEIRA POPPI[5], ALICE ASSAD WASSALL[6]

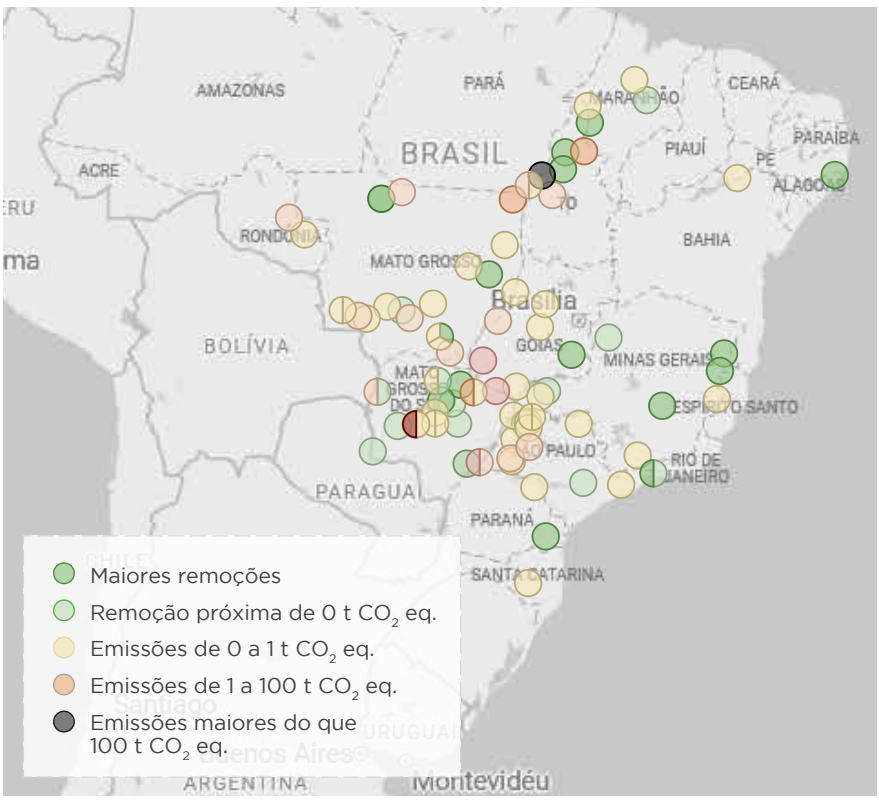
Em 2023, o Brasil tornou-se o maior exportador de carne bovina, o que colocou a atividade no foco dos debates globais, pelo seu papel nas mudanças climáticas. Em 2017, a Friboi e o Instituto Inttegra criaram o Programa FN10 para melhorar a produtividade e a sustentabilidade de fazendas fornecedoras de carne. Com uma área geográfica bem distribuída, conquistou-se uma análise representativa da produção pecuária no País, sendo possível mensurar as emissões e as remoções de GEE em diferentes fazendas. Desse estudo, depreendeu-se que as fazendas mais eficientes emitem 46% menos GEE do que as menos eficientes. Portanto, o objetivo do FN10 é identificar as ações realizadas nas fazendas que neutralizam e sequestram carbono e replicá-las em fazendas consideradas emissoras.

A PECUÁRIA brasileira, com um rebanho superior a 200 milhões de cabeças, desempenha um papel crucial na economia do País. Em 2023, o Brasil consolidou a sua posição como o maior exportador mundial de carne bovina, enviando 2,536 milhões de toneladas ao mercado global, enquanto a bovinocultura contribuiu significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional, representando 6,6%, o equivalente a R$ 721 bilhões, segundo dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Com relações comerciais em 159 países, a pecuária não só tem relevância econômica, mas também é um foco de debates ambientais. As emissões de metano (CH_4), subproduto da digestão animal, e óxido nitroso (N_2O), proveniente do uso de fertilizantes nitrogenados e do manejo de esterco, colocam a atividade no centro das discussões, pelo seu papel nas mudanças climáticas e no aquecimento global.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E INTENSIDADE DE EMISSÃO LÍQUIDA DAS FAZENDAS PARTICIPANTES (T CO_2 EQ. POR CABEÇA)

A partir de uma análise que teve resultados entre -2,89 e 152,54 t CO_2 eq., a distribuição geográfica e a intensidade de emissão líquida das fazendas foram representadas num espectro que vai das maiores remoções (verde-escuro) às maiores emissões (preto).



Fonte: elaboração pelos autores

Em 2017, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento gerencial dos seus fornecedores, a Friboi, em colaboração com o Instituto Inttegra, lançou o Programa Fazenda Nota 10 (Programa FN10 – *vide* boxe), um projeto orientado ao atendimento de produtores de médio e pequeno portes cujos abates anuais variam de 200 a 500 animais. O FN10 tem como propósito melhorar a produtividade, a rentabilidade e a sustentabilidade das fazendas participantes, focando no desenvolvimento de lideranças, no monitoramento de indicadores-chave e na comparação de resultados por meio da técnica de *benchmarking*. O Programa, que é baseado no acompanhamento mensal das fazendas, já impactou 858 propriedades e 1,4 milhão de hectares. Em 2023, em parceria com a consultoria Fauna Projetos, o Programa expandiu os seus indicadores para incluir o balanço de emissões de gases do efeito estufa (GEE) em todas as fazendas participantes.

"O FN10 tem como propósito melhorar a produtividade, a rentabilidade e a sustentabilidade das fazendas participantes, focando no desenvolvimento de lideranças, no monitoramento de indicadores-chave e na comparação de resultados por meio da técnica de *benchmarking*."

DIFERENTES FAZENDAS E DIFERENTES PERFIS DE EMISSÃO

Por meio do GHG Protocol, foram realizados o registro e a análise das emissões e das remoções de GEE nas diferentes fazendas. No mapa, são apresentadas as fazendas com suas respectivas posições geográficas. As cores entre o verde e o preto indicam a intensidade de remoção ou emissão de cada propriedade, abrangendo resultados de -2,89 (remoção) a 152,54 (emissão) toneladas de gás carbônico equivalente (t CO_2 eq.) por cabeça.

A distribuição geográfica e a intensidade de emissão líquida das fazendas participantes foram analisadas, com verde-escuro representando as fazendas que possuem as maiores remoções de gases, verde-claro indicando uma remoção próxima a 0 t CO_2 eq., amarelo correspondendo a emissões de 0 a 1 t CO_2 eq., vermelho sinalizando emissões de 1 a 100 t CO_2 eq. e preto representando as emissões superiores a 100 t CO_2 eq. por cabeça.

Observando a proporção entre emissões e produção de carcaça, representada por toneladas de gás carbônico equivalente por tonelada de carcaça (t CO_2 eq./tCarc), foi registrada uma média de 9,72 t CO_2 eq./tCarc. A distribuição da análise de quartis demonstrou que 50% das propriedades emitem entre 9,12 e 10,72 t CO_2 eq./tCarc, uma distribuição próxima da mediana. Por outro lado, avaliando as fazendas mais e menos eficientes, encontra-se quartis com emissões de 6,84 e 12,71 t CO_2 eq./tCarc respectivamente.

As fazendas mais eficientes emitem 46% menos GEE para cada tonelada de carcaça produzida do que as menos eficientes. Fatores como idade ao abate, perfil da dieta e qualidade no manejo das pastagens influenciaram diretamente nesses resultados. Avaliações importantes, como supressão da vegetação nativa, fazem com que as emissões aumentem muito. Tal fato corrobora a prática de cada vez mais eliminar o desmatamento na produção pecuária. Por outro lado, nas análises, é nítido o efeito da recuperação dos pastos na redução das emissões. Essa melhoria indica, claramente, o caminho de adotar boas práticas agrícolas aumentando a eficiência e a qualidade da carne brasileira.

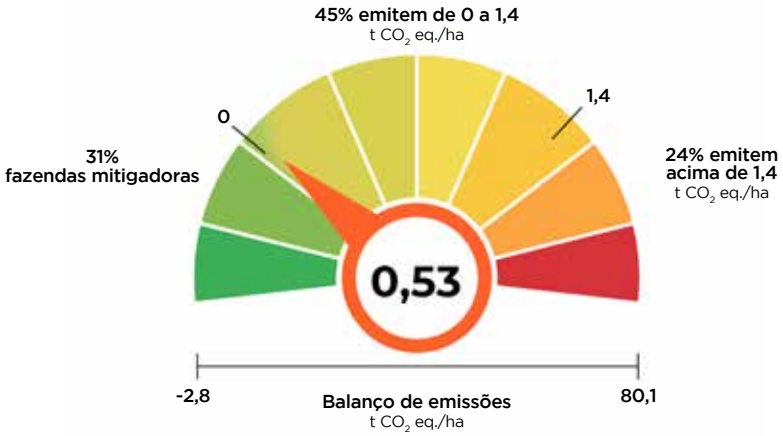
A pecuária desempenha um papel duplo, sendo uma fonte substancial de emissões e, ao mesmo tempo, um vetor potencial para a mitigação climática. Práticas sustentáveis podem transformar a pecuária em uma parte das ações de mitigação das mudanças climáticas.

Corroborando com essa informação, 31% das fazendas analisadas conseguiram remover GEE. Práticas adequadas de manejo de solo, somadas a eficiência produtiva e desmatamento zero, contribuem significativamente para a mitigação dos impactos climáticos da pecuária.

Os resultados evidenciaram uma emissão líquida de GEE (emissões menos remoções) da atividade pecuária superior à de práticas como o plantio direto de qualidade na agricultura. A emissão média das fazendas estudadas foi de 0,53 t CO_2 eq. por hectare, enquanto, na adoção do plantio direto, é, em média, de 0,50 t CO_2 eq. por hectare. Adicionalmente, cerca de 42% das fazendas analisadas registraram

BALANÇO DE EMISSÕES DAS FAZENDAS ESTUDADAS (T CO_2 EQ. POR HECTARE)

Analisadas quanto a suas emissões de carbono para a atmosfera, as fazendas foram classificadas entre as mais emissoras (polo vermelho) e as sequestradoras (polo verde). Porém, a maioria delas está próxima da neutralidade (faixa amarela).



Fonte: elaboração pelos autores

emissões abaixo desse valor, destacando a capacidade da pecuária comprometida com a sustentabilidade de contribuir significativamente para a diminuição das emissões globais de GEE.

Apesar de a maior proporção das fazendas apresentar baixas emissões ou remoções, constatou-se que 24% das fazendas analisadas emitiram mais de 1,4 t CO_2 eq. por hectare, chegando a emitir até 80,0 t CO_2 eq. por hectare. Esses casos de maiores emissões líquidas são registrados nas propriedades com deficiências na conservação do solo somadas a práticas emissoras de produção e supressão de vegetação.

"As fazendas mais eficientes emitem 46% menos GEE para cada tonelada de carcaça produzida do que as menos eficientes. Fatores como idade ao abate, perfil da dieta e qualidade no manejo das pastagens influenciaram diretamente nesses resultados."

O gráfico indica a disposição das fazendas analisadas desde as mais emissoras até as sequestradoras de carbono (do vermelho ao verde), indicando que a maioria das fazendas está em uma faixa próxima à neutralidade (amarelo). Fica, assim, evidente a potencialidade da pecuária brasileira em atingir o termo "*net zero*", em que os GEE emitidos na atmosfera são equivalentes aos GEE removidos.

O objetivo do Programa FN10 é identificar as ações realizadas nas fazendas que neutralizam e sequestram carbono para replicá-las em fazendas consideradas emissoras, visto que, quando conduzida de maneira consciente e com uma visão otimizada para a produção e a conservação dos recursos naturais, a pecuária possibilita não apenas o *status* de *net zero*, mas também de solucionadora de problemas relacionados a emissões de GEE. ■

Observando-se a disposição das fazendas analisadas pelo FN10 (com uma maioria próxima à neutralidade de emissões), fica evidente que a pecuária brasileira tem a capacidade de atingir o *status* de *net zero*, mas também de agir na solução de problemas quanto a emissões de GEE.

ESTUDO DO PROGRAMA FN10

Foram avaliadas, na etapa inicial, 103 propriedades rurais fornecedoras da Friboi, localizadas em doze estados brasileiros, englobando uma ampla gama de sistemas produtivos na pecuária de corte.

O Programa FN10 é voltado para a pecuária de corte, sendo necessário a fazenda comprometer-se com os lançamentos dos dados na plataforma de gestão desenvolvida pelo Instituto Inttegra. É preciso, assim, que os animais sejam pesados regularmente na fazenda, para que os indicadores analisados representem a realidade. Além disso, as fazendas participantes devem ser cadastradas na planta frigorífica Friboi de seu estado, onde serão periodicamente avaliadas quanto a questões socioambientais, e ser registradas na Plataforma Pecuária Transparente (PPT).

Atualmente, são 435 fazendas participando desse que é o maior programa de gestão e comparação de dados da pecuária nacional. Para que o estudo fosse realizado, analisamos as fazendas durante os meses de agosto de 2023 a maio de 2024, com busca ativa da equipe do Programa, fazendo o preenchimento assistido com os pecuaristas, assim como a conferência das informações.

Essa distribuição geográfica permitiu uma análise abrangente e representativa das práticas de produção pecuária em diferentes regiões do País. O método de mensuração utilizado foi o GHG Protocol, sendo um método padrão internacional amplamente utilizado, desenvolvido pelo World Resources Institute (WRI) e pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). A ferramenta utilizada foi a versão 3.14, adaptada pelo WRI, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pela Fundação Getulio Vargas (FGV), disponível no site do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia (OCBio/FGV).

SHUTTERSTOCK



1 Pesquisador do OCBio/FGV e diretor-executivo da Fauna Projetos
2 Diretor de Sustentabilidade da Friboi
3 CEO do Instituto Inttegra
4 Analista de Resultados do Programa FN10
5 Analista de Resultados do Programa FN10
6 Gerente de Projetos da Fauna Projetos

cafeina

Uma viagem pelo Brasil do COOPERATIVISMO espera por você



somos coop na estrada

O SomosCoop na Estrada é uma websérie que está rodando o país mostrando histórias que contam sobre a força do cooperativismo. Já fomos de Norte a Sul do Brasil e ainda temos muito o que mostrar!

Embarque com a **Glenda Kozlowski** nessa jornada e vem ver o coop acontecendo na prática.

Aponte o celular para o QR Code ao lado e **assista agora!**

/SomosCoop

AGRO PRIMÁRIO E O MERCADO DE CARBONO NACIONAL

LEONARDO MUNHOZ[1], NATASCHA TRENNEPOHL[2]

Tratando da regulação do mercado de carbono no Brasil, o PL nº 412/22 foi aprovado pelo Senado. Depois de seguir para a Câmara dos Deputados, voltou para o Senado devido a alterações feitas pelos deputados. Mesmo assim, a estrutura básica do SBCE já está desenhada. Nesse sentido, destaca-se a não especificação dos setores/cadeias sujeitas à obrigação de emitir ou compensar emissões no escopo do SBCE. Dada a uniformidade de métricas que o Brasil tem, faz sentido que as atividades agropecuárias não sejam incluídas neste momento. Ainda que não exista um sistema de mercado de carbono no mundo que inclua atividades do agro de forma ampla, este artigo traz uma comparação aos mercados de carbono da União Europeia, da Austrália e da Nova Zelândia.

EM 4 de outubro de 2023, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal aprovou, por unanimidade, o texto do Projeto de Lei (PL) Substitutivo nº 412/22, referente à regulação do mercado de carbono no Brasil – a criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE).

Com a aprovação na CMA em caráter conclusivo, o texto seguiu para a Câmara dos Deputados, onde foi apensado ao PL nº 2.148/15 da casa, sendo aprovado pelo plenário em 27 de dezembro de 2023. Os deputados mantiveram uma grande parte do texto do Senado, entretanto também fizeram algumas alterações no sentido de completar o texto, como, por exemplo: detalhamento do órgão superior como interministerial; menção aos créditos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD, na sigla em inglês); e direito de propriedade dos créditos de carbono.

Como os deputados alteraram o texto do Senado Federal, o PL retorna, agora, para a casa iniciadora, para que os senadores possam avaliar tais mudanças em uma nova votação. Entretanto, no seu retorno, o PL ganhou uma nova numeração, tornando-se o PL nº 182/24. Nesse cenário, o Senado figura como a casa revisora e a Câmara, como a casa com a palavra final antes do encaminhamento para sanção presidencial.

Há uma expectativa de que o PL seja apreciado e votado ainda no primeiro semestre deste ano. A despeito do complexo processo legislativo, já havendo participação de ambas as casas, o desenho básico da estrutura de SBCE e alguns dos seus principais pontos já podem ser observados. Quanto ao escopo desse futuro mercado, o texto do PL exige que todas as fontes que emitam acima de 10 mil toneladas de carbono por ano estejam sujeitas à regulação – para 10 mil toneladas, haveria obrigação de inventário de emissões e, para 25 mil toneladas, haveria obrigação de compensar emissões com compra de créditos de carbono.

Espera-se que o PL que versa sobre o mercado de carbono brasileiro seja votado ainda no primeiro semestre deste ano. Independentemente disso, o desenho básico do SBCE já está pronto, podendo alguns dos seus pontos principais ser observados e discutidos.

Quanto a esse ponto, é importante destacar que o PL não lista setores ou cadeias específicos sujeitos à obrigação de mitigar ou compensar emissões dentro do escopo do SBCE. O que ele faz é criar uma norma geral para todas as fontes. Nesse sentido, o texto do PL define fonte como o "processo ou atividade, móvel ou estacionário, de propriedade direta ou cedido por meio de instrumento jurídico ao operador, cuja operação libere gases de efeito estufa, aerossol ou um precursor de gases de efeito estufa". Trata-se, portanto, de uma definição bem ampla, o que leva à conclusão de que todos os setores e as atividades da economia estariam dentro do SBCE.

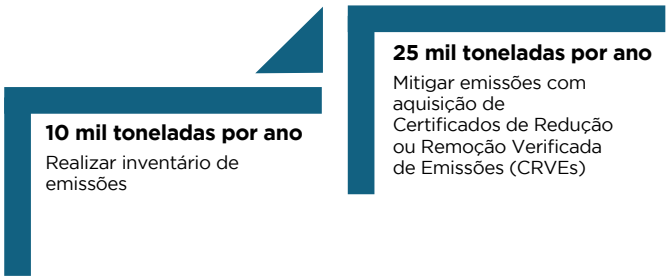
AGRO PRIMÁRIO NO ESCOPO DO SBCE E IMPACTOS

Para o setor agropecuário, esse tema é complexo. Diz-se que as atividades agropecuárias primárias são as atividades básicas de produção de matérias-primas rurais dentro da fazenda (porteira dentro). Nesse ponto, cada setor possui características distintas, o que leva a diferentes métricas e ferramentas. Por exemplo: o rebanho de gado precisa de métricas diferentes das dos rebanhos ovino e suíno; a cultura de soja é diferente das de milho, cana, e assim por diante. A silvicultura possui, ainda, uma grande capacidade de estoque de carbono.

Nesse cenário de alto detalhamento e diferenças entre culturas da agropecuária, a inclusão ou não do agro primário no escopo do SBCE deve levar em consideração que não há, hoje, métricas consolidadas para a produção agropecuária e as suas diferentes culturas – hoje, não há sequer uma calculadora para pecuária bovina (corte e leite) por parte dos Ministérios do governo brasileiro. O Brasil ainda padece de ferramentas uniformes/padronizadas para os seguintes

LIMITES DE EMISSÕES E OBRIGAÇÕES DAS FONTES EMISSORAS SEGUNDO O SBCE

No futuro mercado de carbono nacional, todas as fontes que emitam mais de 10 mil toneladas de carbono por ano estarão sujeitas à regulação: a partir de 10 mil toneladas, deve-se fazer inventário de emissões e, a partir de 25 mil toneladas, deve-se comprar créditos de carbono.



Fonte: elaboração pelos autores

pontos: definição de *baseline* e referencial para diferentes contextos produtivos e edafoclimáticos; estratégia de monitoramento em escala; parâmetros, métodos de mensuração em escala; métodos (atualmente incertos) de estimativas e mensuração indireta; e permanência do carbono diante de interferências/práticas de manejo agropecuário.

Desde a primeira versão do texto do PL nº 412/22, aprovada na CMA do Senado Federal e mantida pela Câmara, os senadores optaram por excluir a obrigatoriedade do agro primário do escopo do SBCE. Ou seja, devido à falta de operacionalidade e à existência de métricas específicas, as atividades de agro primário estariam isentas da obrigação de compensar emissões dentro do SBCE (isto é, comprar créditos) – atualmente, isso seria inexequível. Tanto senadores como deputados justificam essa decisão apontando que os produtores rurais no Brasil já seguem o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/12), contribuindo para a mitigação das emissões de suas atividades.

Entretanto, essa isenção não significa que o produtor não poderá participar do SBCE. O produtor rural poderá, de forma voluntária, emitir créditos e ofertá-los para o mercado. O texto aprovado prevê o uso de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas de Reserva Legal (RL) como elegíveis para a emissão de créditos de carbono, algo que está alinhado com o Código Florestal (art. 41) e com a Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais (Lei Federal nº 14.119/21, art. 9º). É esperado, também, que haja metodologias para a emissão de créditos relacionadas às boas práticas agrícolas.

Do ponto de vista regulatório, teoricamente, uma lei estabelecendo um mercado de carbono regulado nacional deveria contemplar setores específicos dentro do escopo do SBCE. Esses setores deveriam ser prioritariamente aqueles com métricas consolidadas – e, portanto, industriais. A definição dos setores em regulamentação posterior via Decretos (infralegal) pode gerar insegurança jurídica. Por estar sujeita ao governo da situação, não passando por um processo legislativo, e sendo passível de interesses políticos, terá como consequência a instabilidade do mercado, com reflexo nos seus preços e no mercado de capitais.

DIREITO COMPARADO

No Direito Comparado, as normas estrangeiras listam e enumeram os setores dentro do escopo dos seus respectivos mercados de carbono nacionais – há uma previsão da lista das atividades e dos setores em nível legal. Do mesmo modo, hoje, não existe um sistema regulado de mercado de carbono no mundo incorporando atividades agropecuárias de forma ampla e irrestrita.

UNIÃO EUROPEIA

Na União Europeia (UE), o sistema de comércio de emissões, conhecido como European Union Emissions Trading System (EU ETS), foi inicialmente regulado por meio da Diretiva 2003/87/CE, tendo sofrido inúmeras revisões e reformas ao longo dos anos, para alinhamento com as estratégias e as políticas climáticas do bloco, como o European Green Deal, o 2030 Climate and Energy Framework e o Fit for 55. A alteração mais recente foi realizada por meio da Diretiva 2023/959/CE, em 2023, aumentando as reduções globais de gases do efeito estufa (GEE) até 2030 nos setores abrangidos pelo sistema, bem como detalhando as reduções do transporte marítimo.

É importante destacar que o mercado de carbono regulado na Europa começou focado em indústrias e instalações elétricas, cobrindo mais de 10 mil instalações, e, posteriormente, expandiu-se para emissões dos transportes aéreo doméstico e marítimo – navios de grande porte que entrarem na UE a partir deste ano, independentemente da bandeira, estão sujeitos ao sistema. Ademais, vale destacar que as emissões da agricultura não estão incluídas no EU ETS, ficando a cargo dos Estados-membros a decisão quanto às reduções de emissões a serem alcançadas no setor agrícola.

Atualmente, o EU ETS está na sua quarta fase (2021 a 2030), e um novo sistema, chamado de "EU ETS II", vem sendo desenvolvido para as emissões provenientes de combustíveis utilizados em edifícios, transporte rodoviário e outros setores, principalmente as pequenas indústrias não cobertas pelo EU ETS. Nesse novo sistema, o qual se espera que esteja operacional até 2027, as obrigações recairão sobre os fornecedores de combustíveis (*upstream*), e não sobre o usuário final (*downstream*). No EU ETS II, as permissões serão leiloadas, e uma parte da receita será destinada ao Fundo Social para a Ação Climática, para financiamento de medidas de eficiência

energética e renovação de edifícios e de mobilidade de baixo carbono.

AUSTRÁLIA

A estrutura regulatória do mercado de carbono australiano baseia-se nos National Greenhouse and Energy Reporting Acts de 2007 e de 2015. Esse sistema cria dois tipos de mercado de carbono: um obrigatório (Safeguard Mechanism) e outro facultativo (Carbon Credit Scheme). O primeiro desses dois sistemas contempla somente grandes fontes de atividades industriais, mineração e de energia, a partir de um teto (*cap*) de 100 mil toneladas de CO_2 por ano (isto é, um *cap* bem mais alto do que o proposto no PL brasileiro), e é gerido pela autoridade nacional, o Clean Energy Regulator. Vale frisar que esses setores estão listados no texto legal. Na Austrália, atividades relacionadas a transporte e agricultura estão isentas de compensar emissões no escopo obrigatório do Safeguard Mechanism.

Entretanto, a agropecuária australiana pode participar de forma voluntária do segundo dos dois sistemas, o Carbon Credit Scheme. A Austrália possibilita que produtores rurais sejam emissores de créditos por meio de boas práticas na agropecuária. Esses créditos podem ser comprados pelas fontes reguladas dentro do Safeguard Mechanism.

Esse tipo de mercado seria semelhante ao proposto no PL brasileiro, com a isenção de obrigatoriedade do agro primário e o considerando como emissor de créditos para os outros setores industriais dentro do futuro SBCE.

NOVA ZELÂNDIA

Na Nova Zelandia, existe o New Zealand Greenhouse Gas Emissions Trading Scheme (NZ ETS), previsto no Climate Change Response Amendment Act de 2008. Esse mercado de carbono tem como finalidade auxiliar o país a atingir a sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) do Acordo de Paris e a neutralidade climática até 2050. O NZ ETS tem como escopo obrigatório atividades industriais, de energia e resíduos.

Com relação ao agro primário, a Nova Zelândia estuda, hoje, a possibilidade de somente algumas atividades de pecuária estarem no escopo do mercado regulado, ou seja, alguns rebanhos, bem como o manuseio de alguns fertilizantes nitrogenados. O país não cogita incorporar atividades de agricultura e silvicultura. Esse estudo deverá ser concluído até 2025.

ANÁLISE COMPARADA DE NORMAS E ESCOPOS DE MERCADOS DE CARBONO

Na UE, o sistema de comércio de emissões é chamado de EU ETS e alinha-se com as estratégias climáticas do bloco. Já na Austrália, a estrutura regulatória dá-se por meio de dois tipos de mercado de carbono, um obrigatório e um facultativo. Por fim, na Nova Zelândia, o NZ ETS objetiva auxiliar o país a atingir a sua NDC do Acordo de Paris.

PAÍS/BLOCO	Escopo	Norma
União Europeia	Industrial	European Union Emissions Trading System (EU ETS), regulado pela Diretiva 2003/87/CE
Austrália	• Obrigatório: industrial • Facultativo: boas práticas agrícolas	Safeguard Mechanism, incluso no National Greenhouse and Energy Reporting Act de 2015
Nova Zelândia	• Industrial • Há um estudo em andamento para incorporar algumas atividades de pecuária e o uso de fertilizantes nitrogenados	New Zealand Greenhouse Gas Emissions Trading Scheme (NZ ETS), previsto no Climate Change Response Amendment Act de 2008

Fonte: elaboração pelos autores

De acordo com o relatório anual publicado pela International Carbon Action Partnership (ICAP) sobre o *status* dos mercados de carbono no mundo, as emissões biológicas da agricultura teriam, atualmente, obrigações de reporte, mas não obrigações de entrega de permissões. No entanto, o governo neozelandês atual tem sinalizado planos de revogar as disposições que poderiam trazer o setor para o sistema, indicando ser necessário mais tempo para que um sistema que incorpore as emissões do setor seja analisado e implementado.

No EU ETS, as emissões da agricultura não estão incluídas, ficando a cargo dos países-membros da UE a decisão sobre a redução de emissões do setor. Embora o sistema mandatório australiano isente a agropecuária, esta pode participar de forma voluntária do sistema facultativo. Já a Nova Zelândia admite apenas algumas atividades pecuárias no seu escopo.

VOLTANDO AO SBCE

Para se ter segurança jurídica, com base nas normas e nas experiências do Direito Comparado, e se ter uma norma exequível, há a necessidade de definição de setores específicos dentro da própria lei.

Levando em consideração a situação singular das atividades primárias da agropecuária e toda a complexidade envolvida nas suas diferentes métricas, essas atividades não devem, neste momento, estar no escopo do SBCE, podendo ser incorporadas futuramente por meio de uma outra lei, uma vez que os desafios mencionados sejam enfrentados. O papel aceita qualquer coisa; já a realidade, não. ■

1 Pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)

2 Sócia no escritório Trennepohl Advogados, em São Paulo-SP

AGRICULTURA REGENERATIVA AMPLIANDO A SUSTENTABILIDADE DO PARÁ

EDUARDO DE MORAIS PAVÃO*

Com as rigorosas exigências de sustentabilidade que o mercado europeu tem colocado sobre os produtos agrícolas que vêm da Amazônia, a agricultura regenerativa desponta como uma estratégia de desenvolvimento sustentável no cultivo de pimenta-do-reino no Pará. A adoção dessa abordagem, que será apresentada neste artigo, é responsável por dar continuidade à produção sem precisar aumentar a área plantada, além de evitar emissões de GEE. Um estudo desenvolvido no âmbito do MPAGRO/FGV indica que, com a adoção de práticas de agricultura regenerativa, a taxa interna de retorno de um projeto de cultivo de pimenta-do-reino aumenta 16% em comparação à dos plantios convencionais.

O MERCADO europeu, conhecido pelas suas rigorosas exigências de qualidade e sustentabilidade, tem imposto padrões cada vez mais elevados aos produtos agrícolas provenientes da Amazônia. Essas exigências abrangem temas como desmatamento, rastreabilidade dos produtos, conformidade com práticas agrícolas sustentáveis e preservação da biodiversidade.

No caso da pimenta-do-reino no Pará, a principal estratégia para o desenvolvimento sustentável é a agricultura regenerativa, com foco em boas práticas agrícolas e conversão de sistemas

DIVULGAÇÃO



convencionais de produção em sistemas integrados de plantio, evitando a retirada de árvores da floresta e contribuindo para a manutenção da biodiversidade.

Estudos apontam que a adoção de técnicas de manejo de agricultura regenerativa viabiliza a continuidade da produção sem a necessidade de desmatamento de madeira de lei da floresta, evitando o corte e a retirada de aproximadamente 42,6 mil árvores por ano. Além do desmatamento evitado, essa estratégia evitaria emissões de gases do efeito estufa (GEE) na ordem de 2,8 milhões de toneladas de CO_2 em vinte anos – período considerado para que as práticas sejam amplamente adotadas no estado.

AGRICULTURA REGENERATIVA NO CULTIVO DE PIMENTA-DO-REINO

O Pará conta com importantes estruturas de apoio para os avanços da pipericultura (cultura de pimenta-do-reino) no estado, como a Embrapa Amazônia Oriental e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado

SEGUNDO MAIOR PRODUTOR MUNDIAL

A pimenta-do-reino, conhecida como "a rainha das especiarias", é a especiaria mais consumida e comercializada globalmente. Utilizada não apenas para conferir sabor e preservar alimentos, ela atende mercados diversos, como os de alimentos, perfumaria e cosmética. Além disso, a pimenta-do-reino possui uma grande importância medicinal, sendo valorizada em várias culturas ao redor do mundo. Comercializada, principalmente, como pimenta-preta, pimenta-branca e pimenta-verde em salmoura, dela também são extraídos produtos como oleorresina e piperina, usados como ingredientes na indústria alimentícia, além de terem aplicações significativas nas indústrias farmacêutica e de perfumaria.

A cultura de pimenta-do-reino foi introduzida no Pará por meio do plantio das primeiras mudas, trazidas por imigrantes japoneses ao município de Tomé-Açu, em 1933. A tecnologia adotada pelos imigrantes japoneses no manejo das lavouras na região, aliada às características de clima e solo favoráveis, gerou volumes relevantes de produção da especiaria, estabelecendo o sucesso da pipericultura no estado.

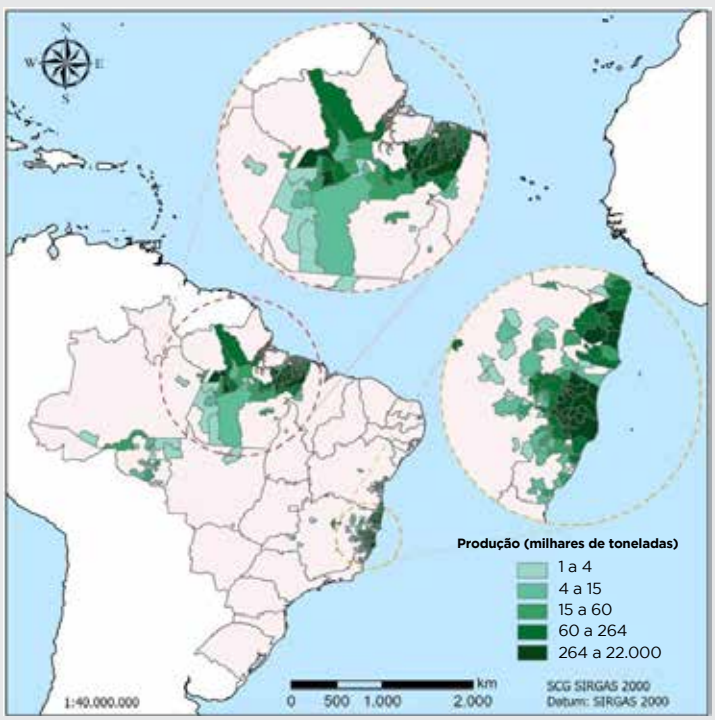
O Brasil produz três tipos de pimenta-do-reino comercializadas no mercado internacional: a pimenta-preta, em maior escala, e a pimenta-branca e a pimenta-verde, em menor escala. Todas essas pimentas são variedades da *Piper nigrum*; a diferença está no estágio de maturação em que são colhidas e no beneficiamento dado a cada uma delas.

O Brasil destaca-se como o segundo maior produtor mundial de pimenta-do-reino, ficando atrás apenas do Vietnã e à frente da Índia e da Indonésia. Em 2022, a produção nacional atingiu 128 mil toneladas, com os estados do Espírito Santo e do Pará liderando a produção nacional, contribuindo com 76 mil e 42 mil toneladas respectivamente, segundo dados da pesquisa Produção Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PAM/IBGE).

Nos últimos anos, o Pará, apesar da sua tradição na produção de pimenta-do-reino, viu a sua participação diminuir, devido à estagnação da produtividade e ao crescimento da produção no Espírito Santo, onde a média de produtividade foi significativamente superior. Em 2022, a produtividade da pipericultura capixaba foi 70% superior à da paraense, com uma média de 3,9 toneladas por hectare, contra 2,3 toneladas por hectare no estado do Pará.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO MUNICIPAL DE PIMENTA-DO-REINO EM 2022

A produção nacional de pimenta-do-reino atingiu 128 mil toneladas em 2022. Na liderança, despontavam os estados do Espírito Santo e do Pará, com, respectivamente, 76 mil e 42 mil toneladas.



Fonte: PAM/IBGE (2022)

do Pará (Emater-Pará), que colaboram no desenvolvimento de projetos focados na sua produção sustentável. Estudos demonstram que a adoção das práticas de agricultura regenerativa pode aumentar a produção paraense em 52%, sem a necessidade de expandir a área plantada, além de contribuir para a redução das emissões de GEE.

Estudos têm mostrado que a agricultura regenerativa possibilita que a produção seja continuada sem desmate da floresta, evitando o corte de cerca de 42,6 mil árvores, além de evitar emissões de GEE na ordem de 2,8 milhões de toneladas de CO_2 em vinte anos.

PIPERICULTURA E A AGRICULTURA FAMILIAR

O consumo mundial de pimenta-do-reino cresce a uma taxa de 2,8% ao ano, e a demanda de mercado e a produção seguem com pouca disparidade, girando em torno de 530 mil toneladas anuais. Desta forma, a discrepância entre a quantidade demandada e a oferta é equilibrada pela liberação dos estoques mundiais. Contudo, há uma tendência de redução nos estoques devido a quedas na produção, associadas a quebras de produção relacionadas às mudanças climáticas.

Em 2023, o Brasil exportou 81 mil toneladas do produto, faturando US$ 252 milhões. Apesar de o volume financeiro ser muito menor quando comparado ao das grandes *commodities* exportadas pelo País, a produção de pimenta-do-reino é de grande relevância, especialmente porque é realizada, majoritariamente, por pequenos produtores.

A agricultura familiar responde por 85% da produção nacional, e o cultivo da espécie é altamente demandante de mão de obra, com destaque para o processo de colheita, realizado manualmente. No Brasil, a atividade gera aproximadamente 30 mil empregos diretos durante o ano e até 80 mil na época da colheita, caracterizando-se como uma importante fonte de renda para pequenos produtores rurais.

A produção de pimenta-do-reino não apenas sustenta a economia das comunidades rurais, mas também contribui para a diversificação agrícola, fortalecendo a resiliência econômica dos produtores rurais. Além disso, a cultura destaca-se como a "poupança do produtor", já que se pode estocar o produto por longos períodos sem uma perda significativa de qualidade, permitindo que os produtores comercializem a pimenta em momentos mais favoráveis do mercado, maximizando seus ganhos.



SHUTTERSTOCK

Um estudo desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (MPAGRO/FGV) indica que, considerando os custos de operações e insumos e a adoção de práticas de agricultura regenerativa e de tutores vivos, a taxa interna de retorno (TIR) de um projeto de cultivo de pimenta-do-reino aumenta 16% em comparação à dos plantios convencionais. Desta forma, é evidente que, além da viabilidade financeira, os sistemas produtivos sustentáveis apresentam vantagens ambientais, sociais e econômicas, sendo uma estratégia essencial para o desenvolvimento da pipericultura brasileira.

O desenvolvimento de arranjos produtivos locais envolvendo a participação e a interação de empresas, instituições de pesquisa, universidades e órgãos públicos relacionados à cadeia produtiva de pimenta-do-reino é essencial para promover a inovação e a sustentabilidade na pipericultura. Assim, contornam-se as limitações técnicas e financeiras das instituições e se fortalece ainda mais a posição do Brasil como um líder global na produção de pimenta-do-reino. ■

"Nos últimos anos, o Pará, apesar da sua tradição na produção de pimenta-do-reino, viu a sua participação diminuir, devido à estagnação da produtividade e ao crescimento da produção no Espírito Santo, onde a média de produtividade foi significativamente superior."

* Pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)

PLANOS PARA O BRASIL NA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA VERDE

TALITA PRISCILA PINTO*

Em uma conjuntura do Brasil comprometido com a transição verde, tem sido possível observar, de 2023 para cá, o lançamento de uma porção de estratégias com foco em preservação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável. Nesse sentido, este artigo lança luz sobre algumas delas: a Estratégia Nacional de Bioeconomia, o Programa de Transformação Ecológica, o PL Combustível do Futuro e o Plano Clima. Para amarrar as potencialidades dessas iniciativas, surge a bioeconomia como eixo de integração e sinergia. Mesmo enfrentando desafios, as oportunidades são vastas para o Brasil, que, com o seu potencial único quanto a recursos naturais e biodiversidade, pode liderar a transição global para uma economia sustentável e inclusiva.

EM UM cenário global onde as questões ambientais ganham cada vez mais relevância, o Brasil tem demonstrado um compromisso crescente com a transição verde. De 2023 para cá, foram lançadas importantes estratégias com foco em preservação ambiental e promoção de um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. Entre elas, estão a Estratégia Nacional de Bioeconomia, o Programa de Transformação Ecológica (PTE), o Projeto de Lei (PL) Combustível do Futuro e o Plano Clima, com especial atenção à bioeconomia como um eixo central de integração.

Um dos lançamentos mais recentes, a Estratégia Nacional de Bioeconomia foi publicada via Decreto pelo governo federal com a finalidade de coordenar e implementar políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da bioeconomia.

A estratégia busca desenvolver cadeias produtivas que valorizem a biodiversidade e atividades econômicas sustentáveis, promover a descarbonização e a agricultura regenerativa e incentivar a bioindustrialização. Além disso, vai ao encontro das normas ambientais do Brasil, em especial o Código Florestal, o Marco da Biodiversidade, o PTE e o plano Nova Indústria Brasil. Também é compatível com demandas de novas formas de produção e ética de consumo globais.

O principal desafio a ser solucionado pela Estratégia Nacional de Bioeconomia é equilibrar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Entretanto, a vasta biodiversidade brasileira oferece uma oportunidade única para o País posicionar-se como líder global na bioeconomia. Além disso, a promoção de tecnologias avançadas e a bioindustrialização podem gerar empregos de alta qualificação e impulsionar a inovação. As oportunidades podem ser melhor exploradas com a sinergia e a integração de outros planos nacionais relacionados ao desenvolvimento sustentável, como os apresentados a seguir.

Lançada mais recentemente, a Estratégia Nacional de Bioeconomia foca os seus esforços em fomentar cadeias produtivas valorizadoras da biodiversidade, promover a descarbonização e a agricultura regenerativa e incentivar a bioindustrialização.

PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

O PTE visa reconfigurar as estruturas produtivas do País promovendo uma economia verde e inclusiva. Ele aborda diretamente os impactos negativos do modelo de desenvolvimento atual, como a emissão de gases do efeito estufa (GEE) e a degradação ambiental.

Além de propor a adoção de novas tecnologias de baixo carbono e a criação de uma infraestrutura sustentável, o PTE enfatiza a necessidade de aumentar a produtividade por meio da inovação tecnológica e do aproveitamento das características ambientais do Brasil, como as suas fontes de energia renovável e a sua biodiversidade.

A implementação do PTE exige uma coordenação eficiente entre diferentes setores e níveis de governo, bem como a reestruturação das cadeias produtivas existentes. Contudo, o Brasil possui vantagens comparativas verdes que, se bem aproveitadas no âmbito do PTE, podem alçar o País ao protagonismo da economia verde global.

COMBUSTÍVEL DO FUTURO

Aprovado pela Câmara dos Deputados, o PL Combustível do Futuro cria programas nacionais para o desenvolvimento de biocombustíveis, como o diesel verde, os combustíveis sustentáveis de aviação (SAFs, na sigla em inglês) e o biometano. O PL também aumenta a mistura de etanol e biodiesel na gasolina e no diesel.

A futura Lei visa reduzir a dependência de combustíveis fósseis e promover a descarbonização do setor de transporte. A regulamentação de biocombustíveis sintéticos e a estocagem geológica de gás carbônico são elementos inovadores do Projeto.

Para a implementação efetiva, há a necessidade de investimentos em infraestrutura e uma melhor estruturação de alguns setores em relação ao impacto dos biocombustíveis sobre os motores. Por outro lado, a diversificação da matriz energética brasileira e a potencial exportação de biocombustíveis oferecem oportunidades significativas para o crescimento econômico e a liderança ambiental. Além disso, a desfossilização promovida pela ampliação do uso de biocombustíveis está totalmente alinhada aos conceitos globais de bioeconomia.

PLANO CLIMA

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima) está sendo atualizado para se alinhar aos compromissos internacionais do Brasil, como o Acordo de Paris. Esse plano abrange estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, com metas de redução de emissões de GEE.

Buscando integrar as políticas climáticas e de desenvolvimento socioeconômico do País, o Plano Clima estabelece metas ambiciosas, como a redução de emissões em 53% até 2030 e a neutralidade climática até 2050.

O principal desafio é assegurar que as ações de mitigação e adaptação sejam implementadas de forma efetiva e coordenada dentro do prazo estabelecido. No entanto, a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 30/UNFCCC, nas siglas em inglês) em Belém, em 2025, oferece ao Brasil uma oportunidade única de apresentar estratégias estruturadas de descarbonização setorial e demonstrar liderança global em ações climáticas.

SINERGIAS E INTEGRAÇÃO COM A BIOECONOMIA

Os planos analisados apresentam sinergias claras em relação à bioeconomia. A Estratégia Nacional de Bioeconomia e o PTE compartilham o objetivo de promover a economia verde por meio da inovação tecnológica e do uso sustentável de recursos biológicos. O PL Combustível do Futuro complementa essas iniciativas ao diversificar a matriz energética com biocombustíveis, reduzindo as emissões de GEE.

Por sua vez, o Plano Clima oferece uma estrutura abrangente para a integração dessas políticas, estabelecendo metas claras e mecanismos de monitoramento que garantem a coerência das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A bioeconomia emerge como um eixo central de integração, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

Os planos de sustentabilidade desenvolvidos pelo Brasil representam um esforço significativo para promover uma economia verde e inclusiva. Embora existam desafios consideráveis, como a necessidade de uma coordenação eficiente e a resistência a mudanças estruturais, as oportunidades são vastas. A biodiversidade e os recursos naturais do Brasil oferecem um potencial único para o País liderar a transição global para uma economia sustentável. A sinergia entre os diferentes planos e a integração com a bioeconomia são fundamentais para alcançar esses objetivos e posicionar o Brasil como um modelo de desenvolvimento sustentável no cenário internacional. ■



SHUTTERSTOCK

A Estratégia Nacional de Bioeconomia e o PTE promovem a economia verde por meio de inovações tecnológicas. Já o PL Combustível do Futuro diversifica a matriz energética com biocombustíveis. Por fim, o Plano Clima oferece uma estrutura de monitoramento e a bioeconomia emerge como um eixo central de integração.

* Coordenadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)

RISCOS ASSOCIADOS ÀS FRAUDES E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O AGRONEGÓCIO

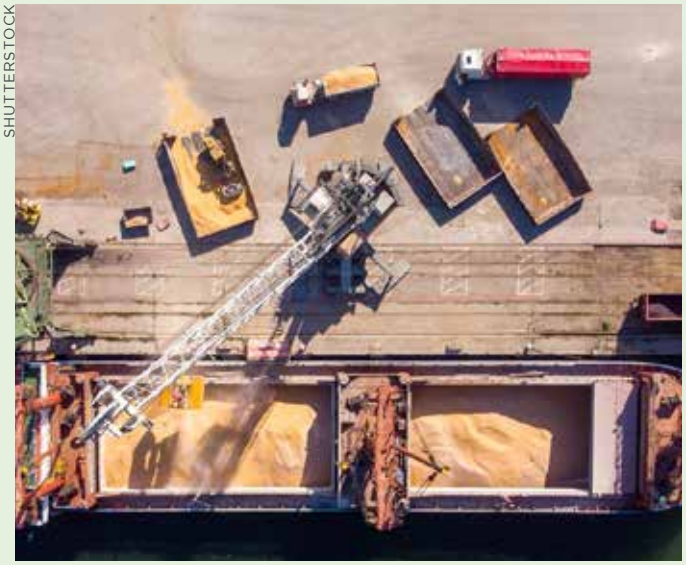
FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI
Consultora técnica da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA
Diretor de Tributação e Negócios Jurídicos da ABIOVE

O AGRONEGÓCIO passou por significativas transformações nas últimas décadas: novas culturas, evoluções tecnológicas e mudanças nos cenários econômico, político, creditício e de ordem ambiental. Tais aspectos trouxeram-nos a realidades extremamente complexas e suscetíveis a incertezas e a eventos de grande impacto. Nesse contexto, a competitividade do setor depende de uma série de decisões e estratégias em relação ao futuro, visto que os atores e os agentes do agronegócio operam expostos a riscos, cujo tipo e intensidade podem afetar a credibilidade de um setor ou de um país.

Uma dessas exposições de impacto a que está sujeito o agronegócio é a verificada na logística e no transporte de cargas, especialmente para a hipótese de crimes praticados nos diferentes modais, rodoviário e ferroviário. Identificam-se, também, tais práticas nas áreas de portos alfandegados.

Note-se que essas práticas criminosas contra o transporte de cargas de produtos originários do agronegócio obrigam o setor a lidar com as suas graves consequências, como a adaptação aos cenários para assegurar a manutenção e o atendimento das demandas dos negócios, internos e externos.


SHUTTERSTOCK

Em tempo não muito distante, o transporte de cargas do agro foi prejudicado por uma recorrência de crimes na malha ferroviária santista, fruto de roubos praticados contra vagões transportando distintos grãos. Aliás, foi uma prática criminosa, segundo fontes oficiais, realizada a mando de uma organização que, aproveitando-se da situação de miséria dos moradores de uma área próxima aos trilhos, cooptava pessoas para os ataques aos trens de carga. O produto resultante do roubo era, então, destinado a receptores que destinavam as mercadorias roubadas à fabricação ilegal de rações.

No modal rodoviário e contra o transporte de cargas, vem sendo observada a ação de grupos criminosos organizados, os quais, ao atuarem em diversas frentes, não se limitam apenas aos roubos ou à apropriação indébita de mercadorias. Esquemas sofisticados de adulteração de lotes de grãos e farelos, pela contaminação de cargas por resíduos de origem vegetal e mineral ("chave na mão"), vêm alastrando-se pelos terminais de exportação, causando impactos significativos tanto sobre o setor, como sobre a economia como um todo.

As infrações fraudulentas carregam indícios de prejuízos adicionais ao fisco nacional, inerentes à provável emissão de notas fiscais falsas, para acobertar a adulteração de carga nas áreas próximas e/ou no interior de portos alfandegados.

Observa-se que a realização de boletins de ocorrência – documentos elementares para a transformação da narração de uma notícia de crime num discurso oficial – pelas vítimas não tem gerado os efeitos esperados para a diminuição de infrações.

"No modal rodoviário e contra o transporte de cargas, vem sendo observada a ação de grupos criminosos organizados, os quais, ao atuarem em diversas frentes, não se limitam apenas aos roubos ou à apropriação indébita de mercadorias."

Os efeitos negativos associados às fraudes no agronegócio podem afetar a confiança dos investidores e a estabilidade do mercado, repercutindo em prejuízos financeiros e danos à reputação dos produtos brasileiros no mercado exterior.

A busca por soluções inclui a prevenção e a repreensão desses ilícitos e extrapola o âmbito de atuação do setor privado, cujos protocolos de controle de qualidade são elaborados e executados em atendimento das normas oficiais aplicáveis à produção, ao transporte, ao manuseio e à comercialização, as quais objetivam assegurar a conformidade dos produtos agrícolas.

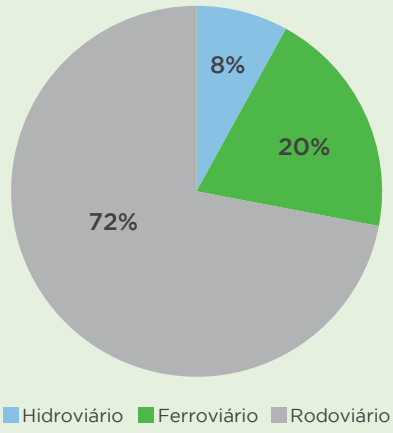
Registre-se, por oportuno, que essas práticas criminosas geram impactos de custos a curto e médio prazos em toda a cadeia do agronegócio, sendo esses de numerosas ordens: financeiros; de logística; com pessoal; contratuais; de reprocessamento; quanto a atrasos; multas contratuais; e danos à imagem.

Tem-se reclamado, desta forma, uma participação ainda maior da administração no sentido de se buscar a construção de políticas públicas e privadas que tragam uma maior visibilidade para o problema e se observar a necessidade de criar iniciativas que minimizem os impactos negativos dessas infrações, cujos reflexos podem afetar as relações comerciais com os parceiros globais do País.

Nesse sentido, destaca-se a disponibilidade do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) em atuar nessa direção, ou seja, em parceria com distintas entidades atingidas, direta e indiretamente, pelos resultados nefastos das já narradas práticas.

Entretanto, esses crimes são complexos e desafiadores, requerendo ações coordenadas e integradas, envolvendo a participação de órgãos de segurança pública, que dispõem da tecnologia e da *expertise* necessárias à identificação das potenciais ameaças, bem como do poder de polícia para a aplicação das medidas coercitivas cabíveis.

BRASIL: PARTICIPAÇÃO MÉDIA DOS MODAIS NO TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS AGRÍCOLAS



Fonte: EPL (2021)

Espera-se, em conclusão, mas sem esgotamento do tema aberto para debate, que as autoridades de segurança pública, federais e estaduais, também demonstrem interesse em integrar essas frentes de trabalho.

Trata-se de uma integração reclamada às autoridades de segurança pública, que devem tomar as medidas necessárias para a mitigação dos riscos registrados em boletins de ocorrência, o que fundamenta o mapeamento das zonas de crime.

Alguns dos instrumentos previstos, nesse sentido, incluem a elaboração de planos de inteligência e ação, com diferentes níveis de prontidão, para a eventualidade de os perigos se manifestarem. De modo mais amplo, deve haver a constituição de estruturas institucionais, legais e de governança para a gestão das infrações relatadas, consideradas nas suas diversas categorias e com um objetivo comum: viabilizar a logística e o transporte de cargas seguros para o escoamento de mercadorias do agronegócio, isto é, para um ainda maior crescimento do setor e a manutenção da sua positiva imagem.

Essas ações são essenciais para proteger o agronegócio contra fraudes, garantindo a credibilidade, a sustentabilidade e a competitividade do setor no mercado global. ■

SEGURANÇA LOGÍSTICA E EXPORTAÇÕES DO AGRO BRASILEIRO

Em vista das dificuldades enfrentadas na logística e no transporte de cargas no Brasil, vale refletir sobre as dimensões de escoamento que podem ser impactadas pela melhoria na segurança desses processos. Em 2023, as exportações do complexo soja no País apresentaram volumes inéditos. As vendas para o exterior fecharam em 101,86 milhões de toneladas de soja em grão, 22,5 milhões de toneladas de farelo de soja e 2,3 milhões de toneladas de óleo de soja. A receita consolidada com essas exportações foi de US$ 67,3 bilhões.

"...esses crimes são complexos e desafiadores, requerendo ações coordenadas e integradas, envolvendo a participação de órgãos de segurança pública, que dispõem da tecnologia e da *expertise* necessárias à identificação das potenciais ameaças..."

MANCHA-ALVO: UMA AMEAÇA CRESCENTE PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA

MARCELO LARA

Jornalista especializado em agronegócio

A MANCHA-ALVO, causada pelo fungo *Corynespora cassiicola*, tem emergido como uma preocupação significativa para os produtores de soja e algodão no Brasil. A agressividade da doença e a sua variabilidade genética tornam o controle um desafio constante, impactando negativamente a produtividade e a qualidade das lavouras.

Recentemente, um evento realizado por representantes das entidades de produtores na Estação Experimental da Staphyt, em Formosa-GO, destacou a importância de estratégias integradas no combate à mancha-alvo. Pesquisadores, técnicos do Governo e especialistas reuniram-se para discutir os avanços no manejo da doença, observando os sintomas nas plantas e avaliando a eficácia de diferentes fungicidas. A troca de informações durante o evento sublinhou a necessidade de uma abordagem colaborativa para enfrentar os desafios fitossanitários.

Edivandro Seron, consultor da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), ressaltou a seriedade do problema apontando que quase todo o algodão exportado pelo Brasil é produzido por associados da entidade, o que aumenta a relevância do enfrentamento eficaz de doenças como a mancha-alvo.

WENDERSON ARAUJO



Sintomas clássicos de mancha-alvo em soja

Já Sergio Abud, pesquisador da Embrapa Cerrados, enfatizou que o manejo da mancha-alvo não pode depender exclusivamente de fungicidas. A integração de diferentes práticas, como a escolha de variedades resistentes, o ajuste das datas de plantio e o manejo adequado dos resíduos culturais, é essencial para maximizar a eficácia do controle. Ele destacou a importância do manejo fitossanitário integrado e do manejo integrado de pragas (MIP) para reduzir perdas de produtividade.

Além do enfoque nos cuidados com o manejo, há a preocupação com as cultivares, como explica Leonardo Minaré, assessor técnico da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), apontando que a sensibilidade crescente das cultivares à doença está aumentando os custos para os agricultores. A sobrevivência do fungo no solo e em restos culturais por mais de uma safra intensifica a necessidade de soluções duradouras e eficazes.

Todo esse processo é visível na Estação Experimental da Staphyt. Nédio Tormen, pesquisador da Staphyt, demonstrou


WENDERSON ARAUJO

Nédio Tormen, pesquisador da Staphyt, em palestra técnica sobre a mancha-alvo na Estação Experimental

os ciclos da doença e os danos severos que podem ser causados nas lavouras. Ele destacou a eficácia de novas combinações de fungicidas no controle do complexo de manchas, reforçando a importância de pesquisas contínuas para encontrar soluções inovadoras.

"Pesquisadores, técnicos do Governo e especialistas reuniram-se para discutir os avanços no manejo da doença [mancha-alvo], observando os sintomas nas plantas e avaliando a eficácia de diferentes fungicidas."

Não existe uma solução única; é preciso planejar com o olhar voltado para todo o ciclo. A consultoria Blink Projetos Estratégicos abordou as megatendências no campo, destacando os desafios das principais doenças nos cultivos de soja e algodão, enfatizando a necessidade de soluções integradas e de longo prazo, considerando a escassez de novas moléculas e o tempo de investimento.

De acordo com a Blink, as estimativas são de que a mancha-alvo vai liderar em severidade e dano nos próximos dez anos. Assim, é evidente que o enfrentamento desse desafio exigirá esforços coordenados e uma abordagem multifacetada para garantir a segurança e a sustentabilidade da produção agrícola no Brasil.

A integração de agentes da iniciativa privada e do Governo, bem como a troca constante de conhecimentos e experiências, será fundamental. ■

"...as estimativas são de que a mancha-alvo vai liderar em severidade e dano nos próximos dez anos. Assim, é evidente que o enfrentamento desse desafio exigirá esforços coordenados e uma abordagem multifacetada..."


WENDERSON ARAUJO

Edivandro Seron, consultor da Abrapa, ressaltando a seriedade do problema


WENDERSON ARAUJO

Sergio Abud (Embrapa), Nédio Tormen (Staphyt) e Edivandro Seron (Abrapa) em Dia de Campo Mancha-Alvo na Estação Experimental da Staphyt, em Formosa-GO

SETOR AGROPECUÁRIO AGUARDA APROVAÇÃO DE LEI CONTRA INVASÕES



TIRSO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O PROJETO de Lei (PL) nº 709/23, que aplica impedimentos a ocupantes e invasores de propriedades em todo o território nacional – tais como acesso a auxílios, benefícios e demais programas do governo federal e tomada de posse em cargo ou função pública –, foi aprovado na Câmara dos Deputados e, agora, encontra-se em votação no Senado. O setor produtivo rural entende que esse dispositivo legal proporciona segurança jurídica à agropecuária, motor da economia brasileira.

O PL nº 709/23 é fundamental para a proteção do direito de propriedade, um princípio consagrado na Constituição Federal. A invasão de terras, seja para fins de ocupação irregular ou especulação, representa uma violação direta desse direito, gerando insegurança para os proprietários e investidores. A legislação proposta pretende estabelecer punições mais severas para os invasores, desestimulando a prática e reforçando a garantia constitucional da propriedade privada. Essa medida é crucial para restaurar a confiança dos proprietários e investidores no sistema jurídico, assegurando que seus direitos serão protegidos de forma eficaz.

Além da proteção ao direito de propriedade, o PL tem um papel significativo no estímulo ao desenvolvimento econômico. As invasões de terras podem causar enormes prejuízos não apenas para os proprietários diretos, mas também para a economia como um todo, além de insegurança jurídica. Elas desestimulam o investimento no setor agrícola, fundamental para o crescimento econômico do Brasil. Com a implementação de punições mais rigorosas, espera-se criar um ambiente mais seguro e previsível para os investimentos, promovendo o desenvolvimento sustentável e a geração de empregos.

Por fim, o PL é crucial para a promoção da segurança e ordem social. As invasões de terras, muitas vezes, resultam em conflitos violentos, colocando em risco a vida de trabalhadores, proprietários e, até mesmo, dos próprios invasores. Ao endurecer as penas para essas práticas, o PL busca reduzir a ocorrência de tais conflitos, promovendo a paz e a segurança nas áreas rurais e urbanas.

No Senado, há um esforço concentrado para mostrar a importância do setor agropecuário e como as invasões prejudicam o campo. Conflitos fundiários podem levar a tensões sociais e políticas, afetando a estabilidade de regiões rurais e do País como um todo. Isso pode ter repercussões econômicas mais amplas. Como num grande dominó, com a redução na produção agrícola, pode haver uma diminuição na oferta de empregos no setor rural, e isso pode aumentar a migração para áreas urbanas, agravando problemas sociais e econômicos nas cidades.

Ao proteger o direito de propriedade, estimular o desenvolvimento econômico e promover a segurança e a ordem social, o PL nº 709/23 representa um avanço significativo na busca por uma sociedade mais justa e ordenada. Sua aprovação e implementação serão passos decisivos para assegurar que os direitos dos proprietários sejam respeitados e que o Brasil continue a progredir de maneira sustentável e harmoniosa.

Entre as muitas variáveis que podem ser afetadas pela futura Lei, estão o desenvolvimento econômico do País e a fixação do homem do campo na produção rural, já que, com a segurança de poder plantar e colher nas suas terras, ele vai investir cada vez mais na cultura, inclusive diversificando e tornando-a cada vez mais rentável. Além disso, pode haver uma diminuição na migração para as grandes cidades em busca de oportunidades, entre outras consequências.

A expectativa, como disse antes, é grande. Temos certeza de que nossos parlamentares irão trabalhar para que o produtor rural possa continuar sua tarefa e que o País seja reconhecido como ambiente seguro para o setor agropecuário. ■



PRODUZIR

A MP DO PIS/COFINS E O FUTURO DO AGRO NA REFORMA TRIBUTÁRIA

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

A IMPORTÂNCIA da reforma tributária e a necessidade de garantir um tratamento adequado às diferentes cadeias relacionadas ao agronegócio são um assunto que, volta e meia, precisamos tratar neste espaço.

O motivo é simples: ao lidar com desafios nas contas públicas, governos, frequentemente, pisam no perigoso terreno de optar pela oneração do setor produtivo e só "acordam" sobre os prejuízos que medidas do tipo geram para o emprego e a renda da população quando surge uma forte mobilização das lideranças.

Foi o que ocorreu no início de junho último, quando a Medida Provisória (MP) nº 1.227 pegou de surpresa diferentes cadeias produtivas, principalmente do agronegócio. A MP pretendia restringir os créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) para as agroindústrias. Caso a mudança entrasse em vigor, as empresas não poderiam mais abater valores pagos na hora de quitar outros tributos ou mesmo obter o ressarcimento em dinheiro.

Na cadeia de soja, por exemplo, caso a MP ficasse em vigor, significaria um prejuízo de R$ 6,5 bilhões, com impacto direto no preço pago ao produtor (houve relatos de redução de R$ 5,00 por saca já nos primeiros dias após a publicação da Medida). Mas os danos iriam além, atingindo os setores de carnes e biocombustíveis, com efeitos indiretos até difíceis de mensurar.

Felizmente, as principais lideranças do agronegócio, inclusive a SRB, assim como entidades que envolvem mais setores, como a própria Confederação Nacional da Indústria (CNI), fizeram uma mobilização histórica para mostrar aos poderes Executivo e Legislativo que tal medida iria completamente na contramão daquilo que tanto vínhamos discutindo na reforma tributária – um sistema justo, que viabilize investimentos e criação de empregos por parte das empresas, com tratamento especial para que alimentos cheguem à mesa do brasileiro a preços realistas.

Com a mobilização, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), devolveu parcialmente a MP para o poder Executivo, sinalizando que outras medidas seriam buscadas para compensar a arrecadação que o Governo busca atingir.

Foi fundamental, também, nesse processo a atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). De qualquer forma, quero registrar, aqui, nossa forte preocupação em relação ao episódio.

Tivemos a reforma tributária aprovada no ano passado, mas diversos temas que afetam a produção de alimentos, fibras e biocombustíveis ainda dependem da definição de detalhes, por meio de suas regulamentações.

Nosso apelo é para que os sentimentos de surpresa e incredulidade que vieram à tona com a publicação da MP do PIS/COFINS, sem ter ocorrido diálogo com os setores envolvidos, não mais se repitam.

Temos convicção de que o diálogo é o único caminho viável para seguir aperfeiçoando o complexo sistema tributário do País sem prejuízo para a sociedade. A busca do "equilíbrio fiscal" não pode traduzir-se em "euforia arrecadatória", baseada na elevação de tributos sobre o setor produtivo.

Defendemos, isso sim, uma análise criteriosa sobre as despesas do Governo e um cuidado especial com o segmento agro, que representa um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) do País, sendo responsável pelo equilíbrio na balança comercial brasileira, além da geração de emprego e renda.

Que o bom senso volte a prevalecer. ■

As principais lideranças do agronegócio mobilizaram-se para mostrar ao Executivo e ao Legislativo que a MP do PIS/COFINS iria na contramão da discussão da reforma tributária, que propunha um sistema justo, com geração de investimentos, empregos e alimentos a preços justos para a população.

OPINIÃO

DOZE ANOS DE CÓDIGO FLORESTAL: PRESERVAÇÃO NO DNA DO PRODUTOR PAULISTA

GUILHERME PIAI FILIZZOLA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



EM MAIO último, o Código Florestal completou doze anos de existência. Entre as potências na produção agropecuária, o Brasil destaca-se como a nação com a legislação ambiental mais rigorosa. Nesta época do ano, comumente, deparamo-nos com análises que reforçam a qualidade da legislação ambiental brasileira, mas criticam a efetividade de sua implementação.

Por meio da regulamentação da Lei Estadual nº 15.684/15, que criou o Programa de Regularização Ambiental (PRA) em São Paulo, consolidou-se a estrutura regulatória paulista integrada ao sistema federal, o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo (SICAR-SP). A partir disso, o governo de São Paulo, por meio da sua Secretaria de Agricultura e Abastecimento, analisou, até hoje, 91% dos 415 mil de cadastros ativos no sistema, com mais de 40 mil cadastros validados e 23 mil que apresentaram passivo e seguiram para etapa de regularidade no âmbito federal.

Em São Paulo, a implantação e validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do PRA caminham a passos largos, operacionalizando fidedignamente o que instituiu o Código Florestal. O compromisso do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos/SP) é que, em 2026, São Paulo tenha 100% de seus imóveis rurais regularizados.

A Secretaria de Agricultura, para dar mais transparência ao processo de regularização, lançou, em junho último, o Painel Público da Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais. Com esse novo painel, São Paulo dá mais um passo importante na implementação do Código Florestal brasileiro, de forma a permitir que toda a sociedade acompanhe, por meio de boletins mensais, os avanços da regularização ambiental dos imóveis rurais paulistas, em cada região e município do estado.

É uma revolução na maneira de prestar contas à sociedade paulista. A ferramenta possibilita que qualquer segmento da sociedade possa acompanhar a entrega do compromisso da atual gestão de atingir plena regularização ambiental no estado de São Paulo até 2026. O painel está disponível no site do SICAR-SP: http://car.agricultura.sp.gov.br.

Com o dinamismo na análise e validação do CAR e o lançamento do Painel da Regularização Ambiental, São Paulo desponta, cada vez mais, como destaque entre os estados brasileiros, sendo modelo da regularização ambiental para o País. ■

"A Secretaria de Agricultura, para dar mais transparência ao processo de regularização, lançou, em junho último, o Painel Público da Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais. Com esse novo painel, São Paulo dá mais um passo importante na implementação do Código Florestal brasileiro..."



REFLEXÃO

NOSSO NEGÓCIO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Luz do Sol
Que a folha traga e traduz.
Caetano Veloso

A CÉU aberto, nossas fábricas de açúcar, proteínas, óleos vegetais, carnes, biocombustíveis e fibras são parte de uma realidade propulsora do crescimento do Brasil, um país protagonista do futuro da segurança alimentar, do combate ao aquecimento global e da inovação proporcionada pelo agro do mundo tropical.

Nosso negócio é responsável por um terço de todos os empregos gerados no Brasil, por um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, por metade do total de exportações e, consequentemente, pelo superávit da balança comercial. Não é pouco; e somos muitos!

Nosso negócio está completamente em sintonia com os raios solares que criam alimentos e energia, que passam pela agricultura, pela agroindústria, pelo comércio e pelos serviços, e que pulsam no interior do País, nas capitais e em seus mercados, atendendo o que é fundamental para a sustentabilidade, residências, escolas e locais de trabalho.

Nosso negócio é competitivo, suportado pelo esforço de uma legião de produtores, que aceitam os riscos do clima, de pragas e de doenças.

Nosso negócio é afetado pela volatilidade de mercados internacionais, pela ação de fundos especulativos e pelo protecionismo crescente dos países competidores. Produtores brasileiros competem, corajosamente, com tesouros nacionais estrangeiros e com narrativas criadas por outros países em uma tentativa de depreciar nosso negócio.

Nosso negócio está assentando na Ciência, tendo realizado uma Revolução Verde tropical, que se mostra nos números do crescimento anual da produtividade total dos fatores, que, aqui, está acima de 3,0%, enquanto, no mundo, cresce pouco mais do que 1,1% ao ano.

Nosso negócio sofre com rótulos provenientes de políticos despreparados, mas também se organiza em volta de políticos que entendem e defendem a pujança do setor.

Nosso negócio é derivado da fotossíntese, que vem das bases essenciais da vida, que respeita e protege.

A reação da natureza aos desmandos globais do homem atinge nosso negócio de uma forma desproporcional. O que vem sofrendo o agronegócio gaúcho e seu Rio Grande do Sul é algo devastador. Essa tragédia convida-nos a uma reflexão sobre nossa fragilidade.

O sofrimento desse bravo povo do Sul deve ser motivo de profunda avaliação dos irmãos brasileiros sobre a complexidade na qual o nosso negócio está inserido, e do porquê do respeito e da atenção que ele reclama.

Esse povo aguerrido, corajoso e orgulhoso tem consciência de sua missão de alimentar famílias, gerar energias limpas e renováveis e publicar seus feitos, em textos gravados no papel produzido com matéria-prima proveniente de suas florestas plantadas. ■

"Nosso negócio está completamente em sintonia com os raios solares que criam alimentos e energia (...) e que pulsam no interior do País, nas capitais e em seus mercados. (...) Nosso negócio é derivado da fotossíntese, que vem das bases essenciais da vida, que respeita e protege."



TRANSFORME SUA LIDERANÇA NO AGRONEGÓCIO COM O PROGRAMA

CEO AGRO DA FGV

Integre inovação e sustentabilidade no agronegócio com o programa **CEO Agro da FGV**. Explore tecnologias avançadas e práticas sustentáveis, melhorando a eficiência e garantindo o desenvolvimento do setor.

Desenvolva habilidades para enfrentar desafios globais e promover uma gestão eficiente. O conteúdo aborda desde a competitividade global até a governança digital, preparando você para decisões estratégicas.

Participe de uma imersão exclusiva que combina teoria e prática, ampliando sua rede de contatos e gerando novas oportunidades de negócios.

Torne-se um líder transformador no agronegócio sustentável.

SAIBA MAIS

ALTA GESTÃO FGV

1º SÁBADO DE JULHO

DIA INTERNACIONAL DO COOPERATIVISMO

Agro: orgulho em semear a força do nosso movimento







Vamos celebrar a contribuição das cooperativas para um mundo melhor.

Acompanhe tudo pelo portal e redes sociais do Sistema Ocesp

www.sistemaocesp.coop.br

relacionamento@sescoopsp.coop.br

@sistemaocesp

SistemaOcesp